

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 092/2023
Data: 30/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
COMITIVA BRASILEIRA CONHECE TECNOLOGIA ISRAELENSE PARA TORNAR PORTOS E LOGÍSTICA MAIS EFICIENTES	4
EXÉRCITO DE ENGENHEIROS TRABALHA EM BUSCA DE NOVIDADES E SOLUÇÕES EM ISRAEL.....	6
AUTORIDADES E EMPRESÁRIOS BRASILEIROS DEBATEM MODELOS DE GESTÃO COM DIRIGENTES DE PORTOS DE ISRAEL.....	7
ESTAMOS TODOS FALANDO A MESMA LINGUAGEM?.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	8
EM REUNIÃO COM PRESIDENTES SUL-AMERICANOS, LULA DEFENDE INTEGRAÇÃO REGIONAL	8
RIO DE JANEIRO APOSTA NO HIDROGÊNIO AZUL A PARTIR DE GÁS DO PRÉ-SAL	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	11
EDITORIAL – A CABOTAGEM E A LOGÍSTICA NACIONAL.....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Ferrogrão 1</i>	12
<i>Ferrogrão 2</i>	12
<i>Tecnologia</i>	12
<i>Cruzeiros temático</i>	12
NACIONAL - FENOP REALIZA TRÊS EVENTOS EM BRASÍLIA PARA DISCUTIR SETOR PORTUÁRIO	12
NACIONAL - LULA E MADURO PRETENDEM RETOMAR USO DE ENERGIA DA VENEZUELA PARA ABASTECER RORAIMA	14
NACIONAL - EXCLUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DO OGMO ESTÁ NA CONTRAMÃO DA OIT, DIZ AQUINO.....	14
REGIÃO SUDESTE - POLÍCIA FEDERAL APREENDE MAIS DE 300 KG DE COCAÍNA EM NAVEGANTES	16
INOVAÇÃO - CÚPULA DO G7 ENCOMENDA REGRAS PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	16
REGIÃO SUDESTE - PRODUTOS DO AGRO SÃO DESTAQUE EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS.....	18
REGIÃO SUDESTE - DP WORLD INAUGURA LINHA DE SERVIÇOS ENTRE SANTOS E MANAUS	19
CÂMARA DE SANTOS PRESTA HOMENAGEM A SANOVICZ.....	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE APRESENTA PROJETO TECHUB H2V EM CONGRESSO NO RIO DE JANEIRO	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE ASSUME A GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO	21
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	22
COMPLEXO PORTUÁRIO DE ITAJAÍ REGISTRA MOVIMENTAÇÃO DE 1.2 MILHÃO DE TONELADAS EM ABRIL	22
GOVERNO FEDERAL REATIVA PORTO DE IPIXUNA, NO AMAZONAS, PARADO HÁ QUASE DOIS ANOS.....	23
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	23
HIDROGÊNIO E EÓLICAS OFFSHORE: MERCADO QUER ‘SINALIZAÇÕES FORTES’ DO GOVERNO.....	24
PETROBRAS INICIA DESMOBILIZAÇÃO DE SONDA QUE DEIXARÁ O AMAPÁ NOS PRÓXIMOS DIAS	26
MADURO NEGOCIA VENDA DE ENERGIA E DÍVIDA COM BRASIL.....	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
PETROBRAS PLANEJA VOLTAR A INVESTIR EM BOLÍVIA, VENEZUELA E GUIANA.....	29
GOVERNO FEDERAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 15,6 BILHÕES EM ABRIL, DIZ TESOUREIRO	30
IGP-M, QUE REAJUSTA CONTRATOS, JÁ ACUMULA QUEDA DE MAIS DE 4% EM 12 MESES. SAIBA A RAZÃO	31
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	32
ELETOBRAS: MINORITÁRIOS QUESTIONAM CVM SOBRE POSSÍVEL ACORDO PARA AUMENTAR ASSENTOS DA UNIÃO.....	32
CONTA DE LUZ: TARIFA DEVE SUBIR, EM MÉDIA, 6,9% EM 2023 E NÃO HAVERÁ TAXA ADICIONAL, DIZ AGÊNCIA	32
EMPRESAS DE MOBILIDADE BUSCAM SOLUÇÕES PARA A FALTA DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS NO SETOR.....	33
CÂMARA APROVA PL DO MARCO TEMPORAL E IMPÕE DERROTA A GOVERNO LULA.....	34
CHILE E URUGUAI REBATEM TESE DE LULA DE QUE AUTORITARISMO NA VENEZUELA DE MADURO É UMA FARSA	36
VALOR ECONÔMICO (SP).....	39
PARÁ QUER ALUGAR TRANSATLÂNTICOS PARA COMPENSAR FALTA DE HOTÉIS PARA COP30	39
‘BOIADA’ PASSANDO, NÃO	40
APÓS POLÊMICA COM LULA E MADURO, PRESIDENTES SUL-AMERICANOS ASSINAM ‘CONSENSO DE BRASÍLIA’ EM DEFESA DA DEMOCRACIA	41
CRESCEM OS INVESTIMENTOS PRIVADOS NA INFRAESTRUTURA	42
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	44
MAIS DE 1,3 MILHÃO DE EMPRESAS FORAM ABERTAS DE JANEIRO A ABRIL	44
BANCO DO BRICS DISCUTE INCLUSÃO DE NOVOS MEMBROS, DIZ HADDAD.....	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 092/2023
Página 3 de 51
Data: 30/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	45
GOVERNO ENVIA À ANTAQ INFORMAÇÕES PARA AUDIÊNCIA DE CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ	45
ARTIGO - A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ÁREAS E RECURSOS	46
GOVERNO DE SP INVESTE R\$ 6,8 MILHÕES EM Balsa Reformada na Travessia São Sebastião/Ilhabela	47
PORTOSRIO INSTALA CÂMERAS TÉRMICAS NOS PORTOS DO RIO E ITAGUAÍ	48
ARTIGO - O DESAFIO DE AUMENTAR PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CARGOS OPERACIONAIS COMEÇA NA FORMAÇÃO	48
MINISTÉRIO ATUALIZA LISTA DE TITULARES E SUPLENTEs DO CDFMM	49
CONSELHO APROVA 10 NOVAS METAS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS	50
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	51
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	51



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COMITIVA BRASILEIRA CONHECE TECNOLOGIA ISRAELENSE PARA TORNAR PORTOS E LOGÍSTICA MAIS EFICIENTES

Inovações para operação de carga, segurança da informação e solução de gargalos impressionam empresários e autoridades

Por: Rodrigo Nardelli, enviado especial a Israel



Em Israel, o setor portuário é um grande adepto das inovações que surgiram no país nas últimas décadas
Foto: Rodrigo Nardelli

A comitiva brasileira da Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023, organizada pelo Grupo Tribuna, se reuniu nesta segunda-feira (29), em Tel Aviv, com representantes de 13 startups israelenses a fim de conhecer soluções tecnológicas que podem tornar os portos e a cadeia logística de comércio exterior mais eficientes. Inovações para operações de cargas, segurança da informação e soluções de gargalos

chamaram a atenção de empresários e autoridades.

Para o encontro, que integrou o segundo dia de agenda no Oriente Médio, foram organizadas seis mesas redondas, cada uma com capacidade para cerca de dez pessoas. Representantes de 13 startups israelenses que atuam em diferentes áreas apresentaram suas inovações tecnológicas aos brasileiros.

Participaram do encontro empreendedores especializados em softwares para gerenciar empresas, profissionais especializados em segurança contra ataques pela internet, startup com tecnologia voltada a veículos autônomos de baixa velocidade e uma empresa que utiliza materiais orgânicos para reduzir a oxidação de peças e equipamentos, provocada por maresia.

Objetivos

Conforme os israelenses, entre os objetivos destas inovações está a redução de riscos e despesas, além de otimizar os recursos já existentes, mas o foco principal dos sistemas desenvolvidos é a segurança.



Um ataque pode interromper o trabalho de uma empresa por horas e até dias. O que, no caso da atividade portuária, geraria um prejuízo milionário.

Uma das startups é focada em ajudar companhias que sofreram ataques virtuais. Outra, em validação de segurança, ou seja, ela mesmo ataca o próprio ambiente para identificar as áreas vulneráveis e corrigir os defeitos, aumentando a segurança.

Porto de Ashdod é o mais moderno e aumentou a capacidade portuária de Israel
Foto: Divulgação

Tecnologia

A tecnologia voltada à segurança chamou a atenção do diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, que integra a Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023.

“Hoje (segunda-feira), nós vimos uma empresa que, por meio de um software, consegue em seis horas fazer um teste de vulnerabilidade. Tanto no sistema operacional quanto no sistema administrativo. Então, isso é bem interessante porque as empresas que atuam nisso hoje levam dias, às vezes”.

Mas, Jesualdo também destacou as inovações em tecnologia para as operações portuárias que podem tornar terminais mais eficientes. “Uma empresa aqui mostrou uma forma de melhorar o gerenciamento de sistemas, de contêineres, de uma tal forma que quando o navio chegar o terminal esteja preparado para garantir a produtividade”.

Cadeia logística

O presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), Marcelo Neri, lembrou da importância dos navios e dos portos para a cadeia logística de suprimentos.

“O porto tem uma função imprescindível. E esta parte de inovação e tecnologia é magnífica para mitigar os gargalos. Por quê? Porque o usuário do porto quer diminuir o tempo de transporte da mercadoria, do seu produto, quer que o navio fique menos tempo no porto e que a carga fique menos tempo dentro do armazém. A tecnologia é um acelerador para o negócio”.

Neri também falou que a troca de informações entre os empresários e as startups permite identificar mais soluções. Ele achou interessante um sistema de monitoramento por câmeras para a segurança da navegação e sugeriu o aprimoramento da tecnologia para que o dono da carga acompanhe a movimentação.

“Posso estar em São Paulo, no Rio de Janeiro, ou mesmo em outro país, eu estou vendo a movimentação em tempo real com relatórios, gastos e a estatística. Eu perguntei para ele se seria adaptável e ele disse que a ideia é boa”.

Opiniões



À esquerda, o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, que destacou a importância da tecnologia para a eficiência das operações nos terminais. À direita, o presidente da Fenamar, Marcelo Neri, lembrou da importância dos navios e dos portos para a cadeia logística de suprimentos Foto: Rodrigo Nardelli

“Mais de 96% de todo o comércio internacional brasileiro é feito pelo sistema portuário. Então, nós temos a obrigação de sempre tornar esse ambiente o mais desenvolvido possível, o mais performático possível. Isso passa por trocas de experiências”

Jesualdo Silva

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP)

“Israel é considerado um dos países mais inovadores do mundo, em especial em cibersegurança. No Brasil, hoje, os sistemas de segurança são importantes para a questão de roubos de carga. O porto não tem que olhar só para si, mas para o resto da cadeia”

Marcelo Neri

Presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/05/2023

EXÉRCITO DE ENGENHEIROS TRABALHA EM BUSCA DE NOVIDADES E SOLUÇÕES EM ISRAEL

Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023 visitou a Innoviz, que desenvolve sensores e software de percepção

Por: Rodrigo Nardelli, Enviado a Israel



Alguns integrantes da comitiva tiveram a chance de dar uma volta rápida num carro de testes que realiza levantamento de dados Foto: Rodrigo Nardelli

Os empresários e autoridades que integram a Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023, promovida pelo Grupo Tribuna, visitaram na manhã de ontem a Innoviz Technologies, em Tel Aviv. A empresa fabrica sensores de alto desempenho e software de percepção que trazem visão para praticamente qualquer cenário. Fundada em 2016, a companhia recebe apoio de grandes empresas internacionais e é um símbolo da

cultura de inovação israelense.

A Innoviz tem um time de 500 engenheiros, todos oriundos das Forças de Defesa de Israel (FDI). No país, o serviço militar é obrigatório para todos os homens e mulheres com mais de 18 anos. A empresa apresentou dados que mostram o quanto a evolução tecnológica dos últimos anos permitiu reduzir o tempo para resolver problemas. Se uma solução demorava três anos, agora, leva no máximo um.

A companhia desenvolve sensores e softwares de percepção que trazem visão para praticamente qualquer cenário. Uma câmera especial faz a leitura por meio de um software que a própria empresa desenvolveu. Por isso, o exército de engenheiros.

Contudo, o “campo de batalha” dentro da companhia é leve. Mesa, computadores, quadros para anotações, um ambiente clean para que os soldados da inovação tenham um caminho limpo para ter ideias e encontrar soluções. Um dos funcionários levou até o cachorro de grande porte para o trabalho. De tão manso e brincalhão, nem dava para chamar de cão de guarda.



A Innoviz tem um time de 500 engenheiros, todos oriundos das Forças de Defesa de Israel Foto: Rodrigo Nardelli

Tamanha leveza esconde a verdadeira guerra de informação que eles desenvolvem e coletam. Imagine uma foto de família num porta-retrato. Esta foto é dividida em milhares de pontos. O programa de computador analisa detalhes como o tamanho das pessoas, distância entre os objetos, a roupa e outros itens. Tudo para fazer uma leitura digital do cenário.

Porém, na vida real, eles precisam medir tudo isso em três dimensões e em movimento. Esta leitura pode proporcionar a identificação do cenário para evitar acidentes, por exemplo. Nesse contexto, alguns integrantes da comitiva tiveram a chance de dar uma volta rápida num carro de testes que realiza este levantamento de dados.

O veículo tem uma câmera especial na parte de cima, poucos centímetros depois do para-brisa. O carro de seis lugares é equipado com quatro monitores que mostram essa leitura em tempo real. É como a imagem de um videogame, cheia de pontos e gráficos. Tudo em 3D. O presidente da

Praticagem de São Paulo, Fábio Mello Fontes, experimentou o passeio e gostou de entender o trabalho que as empresas fazem para implantar tecnologias de segurança.

“A ideia deles foi demonstrar pra gente que o sistema, no dia a dia do trânsito, poderá vir a se tornar exequível no futuro. Ainda não é, mas estão no aperfeiçoamento. Trata-se de um esforço enorme que eles desenvolvem. Eu imagino as milhares de horas de pesquisas por trás de uma telinha que nós vimos agora”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/05/2023

AUTORIDADES E EMPRESÁRIOS BRASILEIROS DEBATEM MODELOS DE GESTÃO COM DIRIGENTES DE PORTOS DE ISRAEL

CEO do Porto de Haifa explica que privatização de complexo local ocorreu devido à burocracia

Por: Rodrigo Nardelli, enviado especial a Israel



Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, detalhou panorama brasileiro a israelenses Foto: Rodrigo Nardelli

No segundo dia de agenda da Missão Internacional Porto & Mar Brasil-Israel 2023, promovida pelo Grupo Tribuna, a comitiva brasileira participou nesta segunda-feira (29) de um encontro com o CEO do Porto de Haifa, capitão Zadok Radecker, e o chefe da Divisão Econômica na Administração de Navios e Portos, Zvi Shapira.

Eles apresentaram informações sobre os três principais portos de Israel (Ashdod, Haifa e Eilat). Shapira destacou que a gestão do Porto de Haifa foi privatizada por causa da burocracia para as decisões do Poder Público. Algumas autorizações demoravam até sete anos. Empresários brasileiros comentaram, na mesma hora, que, no Brasil, as decisões demoravam até dois anos.

As autoridades israelenses disseram que o governo tem interesse em passar mais áreas para a iniciativa privada e que isso deve acontecer nos próximos anos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, e o diretor da Antaq Caio César Farias Leôncio também participaram da agenda.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/05/2023

ESTAMOS TODOS FALANDO A MESMA LINGUAGEM?

O entendimento da Antaq sobre o tratamento regulatório dos regimes de trânsito aduaneiro

Por: Flávia Takafashi

O regime de trânsito aduaneiro é o que permite o transporte de mercadorias de um ponto a outro do território, com suspensão de tributos. Um dos benefícios é a liberdade de escolha conferida ao importador quanto ao recinto onde deseja armazenar e nacionalizar suas mercadorias, estimulando a concorrência pelos serviços de armazenagem e desembaraço aduaneiro.

Os terminais portuários são responsáveis pela guarda do contêiner do momento de seu desembarque no terminal até a sua efetiva retirada. A transferência de cargas em trânsito aduaneiro envolve tanto a realização de operações físicas (colocação e retiradas de pilhas, posicionamento de caminhões, pesagens, conferências de lacres etc.) como também burocráticas e administrativas



(conferência de documentos, preenchimento de informações nos sistemas de controle de alfândega, agendamentos etc.).

A complexidade destas operações varia conforme o tipo de contêiner, o destinatário da carga, o modal adotado pelo depositário e, especialmente, o tipo de trânsito aduaneiro. O trânsito aduaneiro pode ser realizado por meio da Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), da Declaração de Trânsito de Contêineres (DTC) ou da Declaração de Transferência Eletrônica (DTE).

A DTC ampara os contêineres destinados a armazenamento na mesma jurisdição federativa. Após a descarga, o contêiner é transportado até a área pátio do terminal portuário, onde será segregado de acordo com o recinto alfandegado de destino e permanecerá armazenado em caráter transitório. O recomendado é que esse trânsito seja feito em até 48 horas depois do navio descarregar a carga.

Por outro lado, na DTA, quando o importador solicita o trânsito aduaneiro para armazenagem em outro recinto alfandegado, esta operação torna-se mais complexa e possui prazos mais longos, exigindo uma série de prestações adicionais a cargo do terminal. Já a DTE é um sistema que controla e simplifica a transferência de contêineres entre os terminais dentro do mesmo porto, no caso mais próximo, o Porto de Santos.

A Resolução Antaq 72/2022 trouxe parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes nas instalações portuárias, incluindo a cobrança de tarifa denominada Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE) pelos terminais portuários.

A norma em questão foi objeto de denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU), que deliberou pela anulação dos dispositivos que autorizavam a cobrança do SSE e determinou a suspensão de todas as cobranças relativas ao serviço. Em cumprimento à decisão do TCU, a Antaq determinou a suspensão imediata das cobranças relativas ao SSE, e que os agentes regulados indicassem, em suas respectivas tabelas de preço, a suspensão dos itens que remuneravam as rubricas afetadas.

Porém, após provocação dos regulados quanto à suspensão das cobranças de serviços listados como DTA, entre outros regimes de trânsito aduaneiro, fez-se necessária por parte da agência uma explicação clara do que de fato se caracteriza cada tipo de cobrança.

Após exaustiva análise, entendeu-se que a Resolução Antaq 84/2022, ao deconstituir a cesta do SSE regulamentada pela Resolução Antaq 72/2022, tornou possível que o DTA se diferenciasse da cesta do DTC, pois com o novo entendimento o SSE e trânsito aduaneiro passam a ser conceitos completamente desassociados dentro da norma. A Corte de Contas, ao determinar a suspensão das cobranças, faz alusão ao SSE como ferramenta anticoncorrencial, porém o DTA não tem essa implicação, pois neste regime não se estabelece uma relação de rivalidade entre os agentes econômicos.

Com o novo entendimento, a agência optou por revogar as medidas cautelares que suspendiam as cobranças referentes aos serviços de DTA pelos terminais, passando a considerar apenas os regimes de trânsito por DTE e DTC como SSE em sentido estrito.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

EM REUNIÃO COM PRESIDENTES SUL-AMERICANOS, LULA DEFENDE INTEGRAÇÃO REGIONAL



"Deixamos que ideologias nos dividissem", diz Lula entre líderes.

Ao receber dez líderes sul-americanos no Palácio do Itamaraty, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira (30) que a integração regional é essencial para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe. "Nossa América do Sul deixou de ser apenas uma referência geográfica e se tornou uma realidade política."

"Infelizmente, esses avanços foram interrompidos nos últimos anos. No Brasil, um governo negacionista atentou contra os direitos da sua própria população, rompeu com os princípios que regem a nossa política externa e fechou as nossas portas a parceiros históricos."

"Essa postura foi decisiva para o descolamento do país de grandes temas que marcaram o cotidiano de nossos vizinhos. Deixamos que as ideologias nos dividissem, interrompemos os esforços de integração, abandonamos canais de diálogos e mecanismos de cooperação e, com isso, todos perdemos."

Os líderes sul-americanos atenderam a um convite feito por Lula, que busca retomar a cooperação dentro do continente. Segundo a embaixadora Gisela Figueiredo Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, as principais pautas, além da integração, são em torno de questões comuns nas áreas de saúde, infraestrutura, energia, meio ambiente e combate ao crime organizado.

Lula: sentimento de urgência

Lula disse ter firme convicção de que é preciso reavivar o compromisso com a integração sul-americana. "O que nos reúne hoje, em Brasília, é o sentimento de urgência de voltar a olhar coletivamente para a nossa região. A determinação de redefinir uma visão comum e relançar ações concretas para o desenvolvimento sustentável, a paz e o bem-estar das nossas populações."

"Entendemos que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe. Uma América do Sul forte, confiante e politicamente organizada amplia as possibilidades de afirmar, no plano internacional, uma verdadeira identidade latino-americana e caribenha."

Encontro

Participam do encontro os presidentes Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou (Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela).

A atual presidente do Peru, Dina Boluarte, impossibilitada de comparecer, será representada pelo presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola.

O evento terá duas sessões hoje, ambas no Palácio Itamaraty. Pela manhã, os convidados estão sendo recebidos por Lula e, na sequência, discursam. Na período da tarde, está prevista uma conversa mais informal, em formato reduzido, em que cada presidente será acompanhado pelo respectivo chanceler e apenas um ou dois assessores.

À noite, os chefes de Estado e delegações participam de um jantar oferecido por Lula e pela primeira-dama Janja da Silva no Palácio da Alvorada.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 30/05/2023

RIO DE JANEIRO APOSTA NO HIDROGÊNIO AZUL A PARTIR DE GÁS DO PRÉ-SAL

Estado pretende aproveitar seu posto de principal produtor de gás natural do país para produzir hidrogênio com captura de carbono

Informações: EPBR



RIO — Ao contrário de outros estados brasileiros que estão apostando na produção de hidrogênio verde, a partir de eletrólise com fontes de energia renováveis, o Rio de Janeiro pretende colocar as fichas na produção de hidrogênio azul, feito a partir de reforma do gás natural com captura de carbono.

Para Daniel Lamassa, subsecretário adjunto de Energia do Rio de Janeiro, o estado tem que aproveitar as vantagens de ser o maior produtor de gás natural do país, com quase 71% de toda a produção nacional, e de ter a segunda maior malha de distribuição de gás natural.

“Estamos conversando aqui sobre hidrogênio verde, sabemos que é o futuro, é o que queremos, mas temos que passar antes, por outras rotas, outras cores de hidrogênio, antes de chegar no verde”, disse o secretário durante audiência pública da Comissão Especial do Hidrogênio Verde, na quarta (24/5).

Rotas de escoamento do gás natural

Lamassa pontuou a construção do Rota 3, pela Petrobras, que deve interligar a produção de gás do pré-sal da Bacia de Santos com a unidade de processamento (UPGN) do Polo Gaslub (antigo Comperj), em Itaboraí (RJ), com capacidade de escoar 21 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A obra tem previsão de término para o final do ano que vem.

“Hoje em dia o hidrogênio azul é mais competitivo que o verde (...) O CO2 capturado pode ser utilizado em indústrias ou reinjetado em campos depletados da Bacia de Campos”, acredita o subsecretário.

No ano passado, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) lançou uma nota técnica sobre o papel do gás natural na produção de hidrogênio.

A nota incluiu um estudo de caso para instalação de plantas de produção de hidrogênio azul em plataformas offshore já existentes no pré-sal da Bacia de Santos, em que o CO2 emitido no processo seria capturado e injetado nos reservatórios, tal qual é feito hoje com o gás natural.

Lamassa lembra ainda que a EPE também avalia a possibilidade de construção de mais três rotas de escoamento de gás.

A Rota 4B, do campo da Equinor que poderia chegar ao Porto de Itaguaí, com 16 milhões de m3/dia. A Rota 5B, também da Equinor, com 14 milhões de m3/dia, e mais futuramente a Rota 6B, levando até o Porto de Açu, com 12 milhões m3/dia.

“A própria União Europeia já votou que o gás natural é um combustível verde. O estado do Rio de Janeiro, assim como o Brasil, tem todo o potencial de se reindustrializar através do gás natural”, afirmou Lamassa.

Rio dos fertilizantes

O subsecretário também explica que o Estado aposta nas indústrias de fertilizantes com baixa pegada de carbono, seja a partir do gás natural e hidrogênio azul, ou a partir do hidrogênio verde.

“A cadeia de fertilizantes anda de mãos dadas com a cadeia de hidrogênio”, disse.

Segundo ele, o estado teria capacidade de receber três plantas produtoras de fertilizantes, aproveitando-se tanto da oferta de gás, como também da infraestrutura portuária existente, e da futura ferrovia EF 118, da Vale.

A ferrovia pretende conectar Porto do Açu, GasLub, e a estrada de ferro Vitória-Minas, o que permitiria escoar a produção fluminense de fertilizantes para zonas do agronegócio.



Recentemente, o CEO do Porto do Açu, José Firmo, afirmou que a ideia da empresa era “colocar o Rio no mapa de fertilizantes”. Para isso, tenta trazer gás natural ao porto e, com isso, as empresas de fertilizantes.

A GNA – termelétrica a gás natural da joint venture formada por Prumo, BP, Siemens e SPIC – assinou memorandos de entendimento com as concessionárias NTS e TAG para conexão do porto à rede de gasodutos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 30/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A CABOTAGEM E A LOGÍSTICA NACIONAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A armadora LogIn lançou uma nova linha de cabotagem, ligando os portos de Santos (SP) e Manaus (AM), como destaca reportagem publicada na edição desta terça-feira do jornal BE News. Trata-se de uma notícia positiva. A expansão dos serviços de cabotagem no Brasil é uma solução logística promissora, com vários benefícios tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. A cabotagem, que envolve o transporte de cargas ao longo da costa do País, oferece uma série de vantagens em comparação com outras modalidades de transporte, como rodovias e ferrovias.

Em termos ambientais, a cabotagem é uma opção mais sustentável, pois reduz a dependência do transporte rodoviário, que é mais poluente. O uso de navios para o transporte de cargas permite uma maior eficiência energética e a diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a cabotagem contribui para a redução do congestionamento nas estradas, o que leva a uma melhoria na qualidade do ar e na segurança viária.

Do ponto de vista econômico, a cabotagem apresenta vantagens significativas. Em comparação com o transporte rodoviário, por exemplo, tem um custo mais baixo, principalmente devido à capacidade de transportar grandes volumes de carga de uma só vez. Além disso, é menos suscetível a problemas como congestionamentos, greves e acidentes rodoviários, o que reduz os atrasos e os riscos associados ao transporte de mercadorias.

A expansão dos serviços de cabotagem também contribui para a integração das regiões do País, possibilitando um melhor aproveitamento das potencialidades de cada uma delas. No caso específico do Brasil, com sua extensa costa e vasto território, a cabotagem é uma opção estratégica para promover o desenvolvimento regional e facilitar o comércio entre diferentes estados e regiões.

É importante ressaltar que a regulamentação do pacote de benefícios para a navegação de cabotagem, a BR do Mar, pelo Governo Federal, será um impulso adicional para essa atividade. A BR do Mar visa promover a competitividade da cabotagem no país, estimulando investimentos, modernização dos portos e a expansão da frota nacional. Com a implementação dessa regulamentação, ainda em estudo pelo Governo, espera-se uma maior oferta de serviços de cabotagem, com mais rotas e frequências, o que beneficiará os diversos setores da economia brasileira.

Portanto, a expansão dos serviços de cabotagem no Brasil é uma solução logística que oferece benefícios ambientais, econômicos e de integração regional. É fundamental que as iniciativas de incentivo à cabotagem, como a BR do Mar, sejam implementadas e regulamentadas para impulsionar essa modalidade de transporte e promover um sistema logístico mais eficiente, sustentável e competitivo no País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023



NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FERROGRÃO 1

O Supremo Tribunal Federal quer concluir o julgamento do projeto da Ferrogrão nesta quarta-feira, dia 31. A ferrovia foi planejada para ligar o Mato Grosso e o Pará, facilitando o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte. Mas o empreendimento foi interrompido em março de 2021 por determinação do Supremo, a pedido do PSOL, que ingressou com uma ação defendendo que essa linha ferroviária iria prejudicar uma reserva indígena. A expectativa, agora, é que o caso tenha uma conclusão nesta quarta. Se a obra for liberada, o ministro dos Transportes, Renan Filho, já disse que ela será implantada, mas o titular da pasta admite que poderá rever as características da ferrovia e torná-la mais sustentável.

FERROGRÃO 2

A Advocacia-Geral da União (AGU) considerou inconstitucional a lei que permite a construção da Ferrogrão. A análise consta de manifestação que o órgão enviou ao Supremo na última sexta-feira, dia 26, e será considerada no julgamento de quarta. Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a AGU considerava que a lei era constitucional, mas, agora, mudou de opinião, explicando que sua nova conclusão se deve a informações de órgãos ambientais apresentadas recentemente. Para a AGU, a Lei n. 13.452/2017, que reduziu os limites do Parque Nacional do Jamanxim para viabilizar a construção da ferrovia, não previu medidas ambientais compensatórias e estudos técnicos prévios.

TECNOLOGIA

O Cubo Marime&Port - maior hub tecnológico do setor de logística da América Latina - e a Câmara Setorial de Tecnologia e Inovação da Associação Comercial de Santos (ACS) vão realizar o Demoday Especial nessa quarta-feira, dia 31, às 14 horas, em Santos (SP). Esta é a primeira vez que o evento, que mostra as ações desenvolvidas por startups ligadas ao Cubo, ocorrerá fora das instalações do hub em São Paulo (SP). Os interessados em participar devem se inscrever em bit.ly/demodaycuboACS.

CRUZEIROS TEMÁTICO

O jogador Neymar concluiu as negociações com a armadora MSC Cruzeiros para realizar, no final deste ano, um cruzeiro temático em sua homenagem. O “Ney em alto Mar” foi anunciado pela NN Consultoria, responsável pela carreira do jogador. O cruzeiro acontecerá a bordo do navio MSC Preciosa entre o Natal e o Ano Novo, de 26 a 29 de dezembro, com embarque e desembarque em Santos (SP) e parada em Búzios (RJ). Além do atacante do PSG, o pacote promete atrações e shows nos três dias.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/05/2023

NACIONAL - FENOP REALIZA TRÊS EVENTOS EM BRASÍLIA PARA DISCUTIR SETOR PORTUÁRIO

Além do Enaport e do Conogmo, entidade promove a Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

A Federação Nacional de Operações Portuárias (Fenop) realiza, a partir de hoje (30), em Brasília o VIII Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (Enaport) e o XI Congresso Nacional dos Ogmos (Conogmo). Os eventos vão até quinta-feira (2).

Entre as principais presenças confirmadas estão o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrício Pierdomênico, além de diversos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre eles: Alexandre Ramos, Agra Belmonte, Breno Medeiros, Caputo Bastos e Ives Gandra.



Gabriel Imakawa/Brasil Export

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, é uma das atrações do evento da Fenop
Crédito: Divulgação/Brasil Export

A Fenop preparou uma programação que vai debater os temas atuais do momento. São eles, a tramitação da Reforma Tributária, pautas estratégicas para o setor portuário, direito portuário, desafios e pautas para atuações da Fenop e a gestão do trabalho no setor portuário.

Este ano, a programação traz uma novidade: a Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário. A entidade está presente nos principais debates sobre o setor portuário. No mês passado, esteve na abertura do Norte Export, promovido pelo Fórum Brasil Export, entre outros eventos.

As inscrições para o evento ainda estão abertas. Elas podem ser feitas através do site fenop.org.br. O evento será realizado no Centro Cultura Brasil 21, Sala Vera Cruz.

QUADRO PROGRAMAÇÃO

VIII ENAPORT

31/05 | Terça-feira

17h00 Cerimônia de abertura

01/06 | Quarta-feira

08h00 Credenciamento

09h45 às 10h45 Desafios e propostas para o setor portuário brasileiro

10h55 às 11h10 Coffee break

11h10 às 12h40 Pautas estratégicas do setor empresarial portuário

12h40 às 14h00 Almoço

14h às 15h15 Laboral portuário. Parâmetros mundiais e como aplicar no Brasil. Gestão, contratação e treinamento

15h15 às 16h15 Operação portuária. Desafios e pautas para atuações da Fenop

16h15 às 16h30 Coffee break

16h30 às 18h00 Reforma tributária e os impactos nos serviços portuários

18h15 às 18h30 Encerramento

Carta Enaport 2023

Conferência Nacional Fenop de Direito Portuário

31/05 | Quarta-feira

17h00 Cerimônia de abertura

01/06 | Quinta-feira

08h00 Credenciamento

8h30 às 9h40 Painel Judiciário - programação paralela da Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário (CNF)

02/06 | Sexta-feira

08h30 às 09h40 Painel Jurídico - programação paralela da Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário (CNF)

XI CONOGMO

31/05 | Quarta-feira

17h00 Cerimônia de abertura



02/06 | Sexta-feira

8h45 às 10h45 Competências do Ogmo na gestão do trabalho portuário - iniciavas do Ogmo com ou sem instrumento coletivo (assiduidade, compulsoriedade, escalação etc.)

10h40 às 11h00 Coffee break

15h05 às 16h05 Cadastro do trabalhador portuário e cadastro do trabalhador avulso - interpretações e oportunidades

16h10 às 16h25 Novas obrigações e novas funções - nos Ogmos e nas empresas - comissões, prevenção e assédio (Sespt/Sesmt)

17h45 às 18h00 Encerramento

Carta Conogmo 2023

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/05/2023

NACIONAL - LULA E MADURO PRETENDEM RETOMAR USO DE ENERGIA DA VENEZUELA PARA ABASTECER RORAIMA

Estado, que por muito tempo dependeu do fornecimento feito pelo país vizinho, é o único não ligado ao SIN

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que quer retomar o uso de energia elétrica da Venezuela para abastecer Roraima. A declaração foi dada ontem após uma reunião com o presidente do país vizinho, Nicolás Maduro, no Palácio do Planalto.

“Nós queremos recuperar a nossa relação energética com a Venezuela. Aquele Linhão de Guri tem que ser colocado em funcionamento porque não justifica Roraima ser o único estado fora da matriz energética brasileira funcionando na base da termelétrica”, disse Lula.

Desde 2019, a energia elétrica de Roraima é feita por termelétricas da Roraima Energia. O estado é o único que não é ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Durante muito tempo Roraima dependeu da energia fornecida pela Venezuela.

Nicolás Maduro afirmou que o seu país está apto para “reconstruir a cooperação elétrica com Roraima, Boa Vista (capital do estado) e toda população fronteiriça”, afirmou.

O contrato para o abastecimento pelo Linhão de Guri foi firmado entre o Brasil e a Venezuela em 2001, o complexo hidrelétrico de Guri fica em Puerto Ordaz. Sem a medida, o gasto para manter as termelétricas de Roraima é de cerca de R\$ 107 milhões por mês. Com o fornecimento da Venezuela, esse valor diminui para R\$ 62 milhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/05/2023

NACIONAL - EXCLUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES DO OGMO ESTÁ NA CONTRAMÃO DA OIT, DIZ AQUINO

Presidente da Fenop participou de painel que discutiu trabalho portuário na Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Obrigar os terminais portuários que operam nos portos públicos do país a contratar somente trabalhadores operacionais via Órgão Gestão de Mão-de-Obra (Ogmo) está na contramão das diretrizes da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

A análise é de Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), que falou sobre o assunto no painel “Relações de Trabalho: o trabalho portuário avulso e vinculado e

o trabalho marítimo”, exposto ontem (29) durante a Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário (Conadimp), que acontece no Rio de Janeiro.



Aquino e os demais debatedores discutiram o assunto no painel “Relações de Trabalho: o trabalho portuário avulso e vinculado e o trabalho marítimo” Crédito: Divulgação

Segundo Aquino, o regramento que impõe a exclusividade de contratação de trabalhadores operacionais via Ogmo aos terminais portuários que operam em portos públicos do Brasil não tem base em nenhum instrumento internacional. “A OIT regula o tema como prioridade e não como exclusividade”.

Sérgio diz que analisando a Convenção n° 137 da Recomendação n° 145, da Organização Internacional do Trabalho (relativas às Repercussões Sociais dos novos Métodos de Processamento de Carga nos Portos), chegou a conclusão de que a “legislação brasileira está na contramão da OIT e não regrou adequadamente o modelo portuário brasileiro (de trabalho avulso)”. Por isso, defende a necessidade de aprofundar a discussão e os conflitos que envolvem o tema, inclusive com revisão da lei.

“Quando falamos de regramentos operacionais entre portos públicos e Terminais de Uso Privado (TUPs), as regras são as mesmas para os dois modelos. Mas quando um TUP precisa contratar profissionais operacionais, ele pode escolher livremente no mercado de trabalho, já o terminal que opera no porto público não. Ele é obrigado a contratar quem está inscrito no Ogmo, uma restrição que não deveria existir”, disse.

Aquino garantiu que a Fenop continua trabalhando para adequar a lei nacional que tange sobre o trabalho avulso portuário aos parâmetros mundiais e investindo em diálogos com as federações de trabalhadores do segmento. Porém, afirmou que a entidade está avançando com estudos que pretendem judicializar a questão no Supremo Tribunal Federal.

Além de Aquino, participaram do painel Alexandre Agra Belmonte, ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; Flávia Bauler, coordenadora da Coordenadoria Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa) do Ministério Público do Trabalho (MPT); e Caio Morel, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec).

Outros temas

Além da discussão sobre a legislação trabalhista para trabalhadores portuários, o primeiro dia da conferência discutiu temas como a Economia do Mar; o futuro da frota de navios descarbonizados; Direito Marítimo e Portuário e a especialização do judiciário (varas e câmaras especializadas); e tendências da arbitragem marítima e portuária no Brasil e no exterior.

Participaram dos painéis autoridades como Godofredo Mendes Vianna, presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Mar da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ); Ingrid Zanella, presidente da Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da OAB; Flavia Takafashi, diretora da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários); e Nelson Cavalcante, desembargador do Tribunal Marítimo.

A Conadimp ocorre no Hotel Fairmont, no Rio de Janeiro. O evento, que termina hoje (30), é organizado pela OAB Nacional, a partir da sua Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário, e pela seção da OAB no Rio, com sua Comissão do Direito Marítimo, Portuário e do Mar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023

REGIÃO SUDESTE - POLÍCIA FEDERAL APREENDE MAIS DE 300 KG DE COCAÍNA EM NAVEGANTES

Também houve interceptação de 251 kg da droga no Porto de Santos, no final de semana
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Segundo a PF, a droga encontrada no Porto de Navegantes estava escondida em um contêiner que estava sendo transportado por um caminhão

A Polícia Federal realizou no último final de semana duas operações de combate ao tráfico internacional de drogas, nos portos de Navegantes, em Santa Catarina, e em Santos, no litoral de São Paulo. Na ocasião, foram apreendidos um total de 580 kg de cocaína, frustrando a tentativa de envio do entorpecente para o exterior. Nas duas ações, a PF contou com auxílio de outras autoridades de segurança.

Em Santa Catarina, policiais federais, em operação conjunta com a Receita Federal, interceptaram um carregamento de 329 quilos de cocaína no Porto de Navegantes (Portonave) na madrugada de sábado (27).

Segundo a PF, a droga estava escondida em um contêiner que estava sendo transportado por um caminhão. A droga foi inserida dentro de um fundo falso do equipamento para ocultar a cocaína e tentar burlar o esquema de segurança.

A cocaína estava junto de uma carga de plasma sanguíneo suíno, que seria transportada para a Rússia.

O motorista e outros três ajudantes do caminhão foram presos em flagrante e autuados pelo crime de tráfico internacional de drogas. Os suspeitos e a cocaína apreendida foi encaminhados para a Delegacia da Polícia Federal, em Itajaí.

Santos

No Porto de Santos, durante operação que se iniciou no sábado (27) e foi concluída no domingo (28), resultou na apreensão de 251 quilos de cocaína. A ação ocorreu de forma conjunta com a Receita Federal, do Grupamento de Patrulha Naval da Marinha do Brasil, e do Policiamento Ambiental da Polícia Militar.

As autoridades identificaram uma suspeita dentro do cais santista, de que traficantes teriam escondido pacotes de cocaína no sea chest de um navio, compartimento que fica abaixo da linha d'água e é utilizado para coleta de água do mar para suprir os sistemas de refrigeração da embarcação.

Com auxílio de mergulhadores da Marinha, foi possível encontrar centenas de tabletes de entorpecentes que estavam embalados em fardos.

Após a localização das drogas, equipes da PF foram até o local para fazer o trabalho de perícia no local dos fatos. A droga foi apreendida e levada para a delegacia da Polícia Federal, em Santos. Ninguém foi preso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/05/2023

INOVAÇÃO - CÚPULA DO G7 ENCOMENDA REGRAS PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Por Angelino Caputo redacao@portalbenews.com.br



Créditos: Kyodo via Reuters

Depois do susto inicial, da curiosidade coletiva, do terrorismo em torno da possibilidade da extinção de empregos e da quebra de propriedades intelectuais, chegou a hora de as pessoas que têm mais juízo baixarem a bola e estudarem o que deve ser feito para que a nova geração de Inteligências Artificiais Generativas, como o ChatGPT, faça parte de nossas vidas de forma positiva.

Esse foi um dos “temas sérios” escolhidos para discussão na última cúpula do G7, conforme comunicado lançado no sábado, 20/05/2023, prevendo a formação de um grupo de trabalho, cujas discussões devem começar ainda neste ano, para estabelecer padrões comuns para as ferramentas de Inteligência Artificial.

A OCDE, da qual o Brasil é parceiro-chave, e a GPAI (Parceria Global de Inteligência Artificial) serão cooperadores desse grupo de trabalho, que por enquanto é conhecido como “Processo de IA de Hiroshima”.

Sempre existe muita polêmica sobre o que deve e o que não deve ser regulado e isso não é diferente no caso da IA. Além disso, essas questões sempre esbarram em aspectos culturais de cada sociedade, sendo difícil a construção de regras globais.

De qualquer forma, os representantes dos EUA, da Alemanha, do Canadá, da França, da Itália, do Japão, do Reino Unido e da União Europeia afirmam, no comunicado, que concordam com a necessidade de definição de regras globais “de acordo com valores democráticos compartilhados”.

Assim, além de incentivarem todas as demais nações a avaliarem os impactos da IA regionalmente, já encarregaram ministros de seus próprios países a estabelecerem discussões até o final deste ano.

Entre as diretrizes, ficaram temas como: propriedade intelectual, governança, direitos autorais, transparência, desinformação, uso responsável de tecnologias e respostas à manipulação de informações estrangeiras.

Esse movimento provavelmente foi resultado da carta assinada no começo de abril/2023, por centenas de especialistas e autoridades em tecnologia, pedindo uma pausa de seis meses no desenvolvimento de IA generativas, pois essas ferramentas teriam potencial para provocar uma mudança profunda na história e estariam sendo desenvolvidas sem transparência.

O próprio Sam Altman, CEO da Open AI, desenvolvedora do ChatGPT, defendeu no Senado dos EUA, no dia 16/05/2023, a urgência em se regular a IA. Ora, se o próprio dono da ferramenta teme não ter controle sobre ela, então age corretamente a Cúpula do G7 em motivar essa discussão.

Enquanto isso, os especialistas em tecnologia, que não estão nem aí para discussões políticas, continuam motivados e tentando uns superar os outros na corrida pelo desenvolvimento da IA. Claro que terão que seguir normas, se elas forem publicadas, mas até agora estão livres e nos surpreendem a cada dia.

Para Bill Gates, os ícones dos nossos celulares estão com os dias contados. Segundo ele, vamos simplesmente “conversar” com o algoritmo e ele fará tudo para nós. Hoje, esses algoritmos estão trabalhando com linguagem natural escrita, mas com certeza já devem estar vindo versões baseadas em interação por voz, bem mais avançada do que os comandos de voz que usamos hoje para a Alexa ou para a Siri.

tecnologia & inovação

ANGELINO CAPUTO



Assim, no dia que a profecia de Bill Gates se concretizar, nossos smartphones terão apenas um botão para ativarmos nosso “cérebro exterior” e, a partir dali, acessarmos nosso banco, chamarmos o taxi, realizarmos compras e tudo o mais que hoje acessamos individualmente por ícones específicos. Quem sabe os nossos tão aguardados Port Community Systems já nasçam assim!

Angelino Caputo, presidente do Brasil Tech Export e diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023

REGIÃO SUDESTE - PRODUTOS DO AGRO SÃO DESTAQUE EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS

Resultado para os grânéis sólidos vegetais registrou recorde para o mês de abril, com 7,6 milhões de toneladas

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Dentre as cargas de exportação no terminal santista, a soja somou 5 milhões de toneladas, representando um aumento de 12,5% em comparação ao mesmo período no ano passado Crédito: Divulgação/APS

A movimentação de grânéis sólidos foi destaque no mês de abril no Porto de Santos, conforme números divulgados pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Produtos como soja, celulose, sucos cítricos e adubo ganharam destaque na movimentação mensal, mostrando a força do agronegócio nas exportações. O resultado para os grânéis sólidos vegetais registrou recorde para o mês, com 7,6 milhões de toneladas.

Dentre as cargas de exportação no terminal santista, a soja somou 5 milhões de toneladas, representando um aumento de 12,5% em comparação ao mesmo período no ano passado. Os dados de abril elevaram o acumulado do ano para 14,7 milhões de toneladas, 5% a mais que em 2022.

Já a celulose atingiu a marca de 663,9 mil toneladas no mês, 6,2% a mais do que em abril do ano passado. No primeiro quadrimestre, são 2,6 milhões de toneladas movimentadas, 2,1% a mais do que no ano anterior.

Os embarques de sucos cítricos cresceram 98,6%, somando 241,9 mil toneladas, elevando o acumulado do ano para 946,8 mil toneladas. Os números representam aumento de mais de 28% em 2023.

Segundo a Autoridade Portuária de Santos, o fertilizante foi a carga que mais se destacou nas importações, totalizando 670,8 mil toneladas no mês de abril, 4,1% superior ao mesmo período de 2022.

O resultado elevou o movimento mensal de grânéis sólidos, de 7,6 milhões de toneladas, em quase 5%, e marcou um recorde para o mês de abril no Porto de Santos. Igualmente, o desempenho dos sucos cítricos foi determinante para aumento de 0,3% nos grânéis líquidos (1,5 milhão de toneladas).

A carga containerizada somou em abril 393,1 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), ficando 5,4% abaixo do mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano atingiu 1,4 milhão de TEU, 8,7% menor que o primeiro quadrimestre de 2022.

Os embarques de açúcar apresentaram redução de 11,3%, somando 738,6 mil toneladas. O acumulado do ano atingiu 3,8 milhões de toneladas, ficando 8,3% abaixo da marca do ano passado.

Queda

A movimentação de cargas do Porto de Santos em abril totalizou 13,7 milhões de toneladas, abaixo 0,4% do resultado apresentado no quarto mês de 2022. De acordo com a APS, o acumulado do ano soma 50,2 milhões de toneladas, 4,4% a menos do que o mesmo período do ano passado.

O movimento de navios, entretanto, teve um aumento de 5,5% no mês de abril, com 440 atracações. Já no ano, a alta foi de pouco mais de 4%, somando ao todo 1.722 atracações no cais santista.

Corrente Comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial brasileira apresentou crescimento, atingindo 28,1% até abril. 30,8% das transações comerciais com o exterior que passaram pelo complexo portuário de Santos tiveram a China como país parceiro. São Paulo se mantém como o estado com maior participação (54,7%) nas transações comerciais com o exterior, por meio do Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023

REGIÃO SUDESTE - DP WORLD INAUGURA LINHA DE SERVIÇOS ENTRE SANTOS E MANAUS

Chamada de Serviço Expresso Amazonas, linha foi inaugurada no complexo santista

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



A escala inaugural do Log-In Discovery saiu do Porto de Santos e terá o trajeto para Navegantes, Salvador, Suape, Pecém e Manaus, com um transit time de 16 dias Crédito: Divulgação

A DP World Santos inaugurou uma nova linha de cabotagem que vai ligar o Porto de Santos até Manaus, Capital do Amazonas. Chamada de Serviço Expresso Amazonas, a linha é operada pelo armador Log-In. A escala inaugural do serviço ocorreu em 27 de maio com o navio Log-In Discovery do terminal da DP World, na

margem esquerda do Porto de Santos.

O novo serviço foi lançado pela Log-In no mês de abril e o Porto de Santos foi um dos primeiros a contar com a novidade. As saídas serão quinzenais, com duas embarcações.

Segundo a DP World, a escala inaugural do Log-In Discovery saiu do Porto de Santos e terá o trajeto para Navegantes, Salvador, Suape, Pecém e Manaus, com um transit time de 16 dias.

No sentido Sul, o Serviço Expresso será realizado em nove dias, assim possibilitando que as cargas cheguem com mais rapidez ao seu destino.

A nova linha também favorece o aumento da capacidade do transporte de cargas entre as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país.

“O Porto de Manaus é a porta de entrada para o Norte do país, e, com a oferta da rota expressa, nossos clientes terão mais uma opção para escoar suas mercadorias e receber rapidamente produtos essenciais para catalisar seus negócios no eixo Sul-Sudeste”, analisou Márcio Medina, Diretor Comercial da DP World Santos.

A principal carga será containerizada, com bens e produtos como eletroeletrônicos e auto partes.

Medina destacou a navegação por cabotagem que vem acontecendo no Brasil e também no continente, citando vantagens positivas para o serviço.

“A navegação de cabotagem, na costa do país e do continente, vem ganhando uma grande relevância a cada ano, mostrando a necessidade e as vantagens desse segmento na cadeia logística nacional, além de estar impulsionando a economia brasileira. A nossa contribuição é oferecer uma infraestrutura de ponta para estas operações, consolidando o Porto de Santos como o principal hub portuário da Costa Leste da América do Sul”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023

CÂMARA DE SANTOS PRESTA HOMENAGEM A SANOVICZ

O presidente do Conselho da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), Eduardo Sanovicz (no centro da foto), recebeu o título de Cidadão Santista da Câmara de Vereadores de Santos (SP) na noite dessa segunda-feira, dia 29. A homenagem foi proposta pelo vereador Benedito Furtado (PSB). A solenidade reuniu autoridades regionais e empresários do setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023



REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE APRESENTA PROJETO TECHUB H2V EM CONGRESSO NO RIO DE JANEIRO

Especialistas do setor de energia discutem o novo combustível no 3º Congresso Brasileiro de Hidrogênio

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O Congresso Brasileiro de Hidrogênio discute, entre vários temas, o desenvolvimento da cadeia de valor do combustível, visando viabilizar sua comercialização e seu uso Crédito: Divulgação

O diretor de Sustentabilidade do Porto de Suape (PE), Carlos Cavalcanti, apresentou o projeto do TechHub H2V do complexo aos participantes do 3º Congresso Brasileiro de Hidrogênio, que começou ontem (29) e segue até amanhã (31), em Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Durante o encontro, entre outros temas, está sendo discutido o desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogênio verde, visando viabilizar a comercialização e o uso do novo combustível.

O congresso reúne ainda uma feira com estandes de mais de 30 empresas, que apresentam produtos, tecnologia e equipamentos relacionados ao uso do hidrogênio.

Em relação ao Porto de Suape, o diretor explicou que o complexo está na rota da descarbonização e “nada mais significativo do que mostrar os projetos em andamento em um dos maiores eventos de hidrogênio do Brasil”, pontuou.

Segundo ele, a ideia é buscar conexões que agreguem a transição energética em consonância com a agenda ESG (sigla em inglês para gestão ambiental, social e de governança), a qual Suape se alinha.

O TechHub H2V é uma iniciativa liderada pela CTG Brasil, uma das principais empresas de geração de energia limpa no país, em parceria com o Departamento Nacional do Senai, Senai Pernambuco e o Governo de Pernambuco, com investimento de R\$ 45 milhões.

A ideia é que o hub seja uma plataforma de pesquisa, desenvolvimento e inovação focada no novo combustível, pensando soluções para a produção, transporte, armazenamento e gestão de hidrogênio verde.

O empreendimento deve ocupar uma área de 1,38 hectare, oferecendo estrutura para usinas solares, três usinas de hidrogênio verde, conjunto de contêineres para o desenvolvimento de projetos, estações de abastecimentos de H2V, além de outros equipamentos que pretendem transformar essa área do porto em um laboratório vivo em escala real, com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento, testagem e experimentação de soluções na cadeia do hidrogênio de baixo carbono.

A previsão é que as obras sejam iniciadas ainda neste ano, com operação iniciando no ano que vem.

Aporte do Governo

Celso Pansera, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), disse em vídeo na abertura do congresso que o órgão planeja ampliar o financiamento a projetos que promovam inovações no setor elétrico, como o hidrogênio.

Segundo ele, há um edital de R\$ 55 milhões para financiar ideias que usem as novas energias, inclusive projetos na área de hidrogênio.

“Já estamos debatendo, dentro do Conselho do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico [FDCT] e a diretoria da Finep, a ampliação desses valores”, afirmou Pansera.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE ASSUME A GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO

Capitania dos Portos de Pernambuco oficializou transferência de quatro sinais náuticos ao porto

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Apesar da transferência dos sinais náuticos, a Capitania dos Portos afirmou que continuará desempenhando papel de apoio ao Porto do Recife Crédito: Divulgação

A Capitania dos Portos de Pernambuco (CPPE) oficializou, no último dia 18, a transferência da gestão de quatro equipamentos de auxílio à navegação ao Porto do Recife. São eles: o farol Recife,



os faróis Norte e Sul do Quebra-Mar do Banco do Inglês e a boia encarnada Baixio de Olinda.

Na prática, o complexo portuário passa a ter total responsabilidade sobre a administração e a manutenção desses instrumentos que orientam a navegação e estão localizados estrategicamente dentro da área portuária.

Segundo a Capitania, a mudança visa facilitar a coordenação das atividades de manutenção, permitindo uma resposta mais rápida em caso de eventuais problemas e emergências. Assim, é possível assegurar a máxima eficiência e segurança das operações marítimas que acontecem no porto.

O órgão também salientou que a transferência “é mais que uma mera mudança administrativa”, representando um “passo importante” na expansão da autonomia do Porto do Recife.

“É uma vitória tanto para o Porto quanto para a CPPE que podem se concentrar ainda mais em suas respectivas áreas de especialização, garantindo a segurança e a eficiência da navegação em Pernambuco”, disse a Capitania.

Mas, apesar da transferência, a CPPE afirmou que continuará desempenhando papel de apoio ao complexo portuário e os faroleiros da Capitania prestarão, quando necessário, assessoramentos técnicos relacionados aos sinais náuticos transferidos para garantir que o porto tenha acesso à experiência e à perícia dos profissionais, assegurando a manutenção do alto padrão de segurança.

“As equipes de Inspeção Naval da CPPE estarão de prontidão para realizar inspeções na boia e nos faróis transferidos para o Porto do Recife. Isso significa que, mesmo com a transferência da responsabilidade, haverá um nível contínuo de supervisão e apoio para garantir que os padrões de segurança sejam mantidos em todo momento”, disse o órgão em comunicado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

COMPLEXO PORTUÁRIO DE ITAJAÍ REGISTRA MOVIMENTAÇÃO DE 1.2 MILHÃO DE TONELADAS EM ABRIL

Informações: Agência Porto (30 de maio de 2023)

O Complexo Portuário de Itajaí registrou, no mês de abril, 1.249.289 toneladas na movimentação total de cargas e 114.980 TEU'S na movimentação de contêineres (TEU's: unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). De janeiro a abril, o acúmulo do ano registrou 5.038.807 toneladas e 436.645 unidades em TEU's.

O mês de abril contou com 71 escalas realizadas no Complexo Portuário por critério de desatracação, sendo 61 registradas no Terminal de Uso Privado (TUP) Portonave, 03 na área arrendada APM Terminals, 02 no Cais da Capitania dos Portos em Itajaí, 02 no TUP Braskarne, 02 no TUP Teporti e 01 no TUP Barra do Rio.

No Porto de Itajaí (Cais público e APM Terminals/área arrendada), foram registradas 23.152 toneladas na movimentação de cargas e 164 TEU's. No acúmulo do ano, de janeiro até abril, a movimentação foi de 138.815 toneladas e 282 TEU's.

Na Portonave, registrou-se 1.218.534 toneladas e 114.816 TEU's. Do mês de janeiro a abril, o acumulo foi de 4.826.367 toneladas movimentadas e 436.321 TEU's.



No TUP TEPORTI, a movimentação total de cargas foi de 7.603 toneladas.

Nas áreas das Bacias de Evolução 01 e 02, somente no mês de abril foram realizados 71 giros, sendo 24 na Bacia 02 (Baía Afonso Wippel), 41 na Bacia 01 (em frente a APMT e Portonave), e outras 06 manobras (terminais a montante e Capitania dos Portos de Itajaí). No acumulado do ano, de janeiro a abril, registrou-se 311 giros nas duas áreas de bacia.

Em 19 de abril, o Porto de Itajaí recebeu dupla atracação de navios, sendo registrado a segunda atracação anual com o navio THEODOR, operado pelo armador Poseidon Container Shipping. A embarcação possui 160,83 metros de comprimento por 25,00 metros de largura. Sua atracação foi realizada no berço 01 pela APMT (Área A).

Na sequência, ocorreu a 16ª atracação de navio na modalidade Roll On Roll Off, com a embarcação "CANADIAN HIGHWAY". A embarcação atracou no berço 02 da APMT (área A – arrendada), trazendo a bordo 276 veículos importados da montadora alemã BMW, com um total de 515,96 toneladas movimentados. Ambas as operações foram realizadas pela SC Portos.

Ainda em abril, aconteceu a atracação do navio Saga Fuji. Na oportunidade, sua operação foi feita pela SC Portos, e 22.300 mil toneladas de carga de celulose foram desembarcadas. Sua atracação foi registrada na APM Terminals (área arrendada), sendo a terceira operação do ano nesta modalidade. Ao todo, já foram movimentadas 192.216 mil toneladas de carga de celulose desde a primeira atracação realizada em 2022.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/05/2023

GOVERNO FEDERAL REATIVA PORTO DE IPIXUNA, NO AMAZONAS, PARADO HÁ QUASE DOIS ANOS

Informações: Agência Porto (30 de maio de 2023)

Depois de quase dois anos fora de operação, o Porto de Ipixuna, no Amazonas, voltou a funcionar. O Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), concluiu as obras de manutenção no local, que recebe, em média, 1,2 mil pessoas todo mês. São 12 embarcações de linhas regulares, além de pequenos barcos ribeirinhos, que utilizam diariamente a Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4), localizada às margens do Rio Juruá.

A IP4 de Ipixuna também é fundamental para garantir o abastecimento da cidade e de comunidades vizinhas, já que de lá saem e chegam mantimentos, medicamentos e outros insumos, vindos da capital, Manaus, e também do Acre.

O porto, que comporta embarcações com até 2 mil toneladas de deslocamento e 150 pessoas no cais, estava desativado desde agosto de 2021. Agora, com as ações do Governo Federal, a IP4 está coberta por contrato que engloba manutenção, operação e regularização necessárias ao funcionamento seguro da estrutura.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/05/2023



HIDROGÊNIO E EÓLICAS OFFSHORE: MERCADO QUER 'SINALIZAÇÕES FORTES' DO GOVERNO

Entrevista com Raíssa Cafure Lafranque, vice-presidente da EDF Renewables

Por Nayara Machado 30 de maio de 2023 Em Diálogos da Transição, Empresas, Entrevista, Eólica, Hidrogênio



Em entrevista à agência epbr, Raíssa Cafure Lafranque, vice-presidente da EDF Renewables Brasil, conta que a empresa vem se preparando desde 2021 para ingressar no mercado eólico offshore do Brasil (Foto: EDF Renewables)

A EDF Renewables assinou esta semana um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês) com o governo do Rio Grande do Norte e a Internacional Energias Renováveis (IER) com planos para um complexo eólico offshore de até 2 GW.

Previsto para começar a operar em 2030, o complexo em alto mar integra o projeto Porto-Indústria do estado, que está desenhando um hub de hidrogênio verde para exportar à Europa e alimentar a indústria potiguar.

Em entrevista à agência epbr em meados de maio, Raíssa Cafure Lafranque, vice-presidente da EDF Renewables Brasil, conta que a empresa vem se preparando desde 2021 para ingressar no mercado eólico offshore do Brasil.

A companhia aguarda as definições regulatórias e o primeiro leilão de oferta de áreas, e diz estar pronta para fazer parte dos primeiros projetos e também para fornecer eletricidade renovável às futuras instalações de hidrogênio verde.

“Ainda não temos uma regulação estabelecida, nem para offshore, que precisa de uma regulação local, nem para hidrogênio verde, que precisa não só de uma política local, mas também de uma clareza maior da regulação internacional”, comenta a executiva.

No início do mês, a vice-presidente da EDF foi eleita membro do Conselho de Administração da ABEEólica (associação que representa a indústria eólica e, mais recentemente, de hidrogênio) na categoria “Desenvolvedores e Investidores”.

A intenção é contribuir com o desenho dessas regulações, trazendo a experiência internacional com os projetos do tipo.

A companhia já tem mais de 1 GW em operação e outros 10 GW em construção e desenvolvimento no segmento offshore ao redor do mundo.

“O Brasil tem um potencial enorme para eólica offshore, mas entendemos que o estabelecimento de fato dessa indústria depende de vontade política e de algumas definições regulatórias, de um leilão, para que seja de fato viável”, aponta Raíssa.

Como modelo de licitação, a EDF tem defendido que as concessões de áreas estejam atreladas aos contratos de energia de longo prazo, os PPAs (Power Purchase Agreement), similar ao que ocorre na França.

“Para trazer investidores com uma visão de longo prazo, precisa de sinalizações fortes e claras do estabelecimento dessa indústria a longo prazo”, defende.

Incentivos ao hidrogênio verde



No hidrogênio verde, a empresa está na fase de conversas com stakeholders sobre o fornecimento da eletricidade renovável para a eletrólise.

“Estamos totalmente prontos para contribuir na entrega da energia renovável, algo que já fazemos de forma competitiva. Entendemos que a garantia na entrega dessa energia vai ser essencial para a indústria de hidrogênio verde”, afirma.

Mas a materialização dos investimentos, assim como no caso da eólica offshore, aguarda respostas da regulação.

“Esses parques podem estar conectados à rede de qualquer local do Brasil ou precisam ser off grid, estar estabelecidos junto com a planta de produção de hidrogênio verde? Quais vão ser os parâmetros para isso? Precisa ter aí uma bateria associada? Será para indústria local ou exportação?”, questiona.

‘O momento é agora’

Raíssa avalia que, enquanto para eólica offshore o potencial brasileiro já está materializado, o desenvolvimento da indústria do hidrogênio verde ainda depende de sinalizações externas, o que os países estão decidindo sobre esse mercado.

Ela cita os Estados Unidos que têm lançado mão de políticas de incentivos para se estabelecer como um dos líderes nesse segmento.

“O hidrogênio é uma agenda que precisa ser discutida, porque o momento é agora. Outros países já estão se posicionando e não há dúvidas do potencial que nós temos para avançar”, diz.

Brasil vai dar incentivos à tecnologia?

O tema está na agenda do Congresso Nacional e do governo Lula, e os estados começam a criar suas políticas locais, enquanto cobram uma definição federal para de fato aproveitar a competitividade da matriz renovável.

Embora o Brasil tenha oferta de energia limpa e barata, outros concorrentes no continente americano também contam com esses recursos.

O Chile, por exemplo, é hoje o país mais atrativo para investimentos em novas energias, segundo a BNEF.

E os Estados Unidos, com a Lei de Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês) já está atraindo investidores de diferentes partes do globo.

“Nosso recurso é de altíssima qualidade, mas os Estados Unidos, por exemplo, não têm o recurso ruim. Eles têm uma indústria muito bem desenvolvida. E ainda assim, estão colocando subsídios para fomentar o desenvolvimento dessa indústria e se colocar como um dos líderes no setor”.

A executiva menciona o exemplo das tecnologias eólicas e solar que receberam subsídios no começo do seu desenvolvimento no Brasil e hoje conseguem ser competitivas sem o suporte público.

“Não dá para dizer se há ou não há necessidade, mas uma ação ou a falta de ação vai gerar alguma consequência na forma como o país se posicionará mundialmente para receber investimentos”

Ela defende que, se o Brasil quiser se posicionar como líder, terá que demonstrar com “ações mais agressivas” nesse início de estruturação da indústria, acreditando que, num segundo momento, terá condições de caminhar sem subsídios.

“Nesse momento, para competir com outros países que estão aplicando altos subsídios, eu entendo que a gente precisaria de alguma forma, de algum tipo de subsídio sim”, completa.

Curtas

Aneel não tem capacidade para regular eólicas offshore, diz diretor-geral

Sandoval Feitosa disse que a agência não tem capacidade para regular a geração de energia eólica offshore. Durante audiência pública da Comissão de Infraestrutura no Senado nesta terça (30/5), ele defendeu a necessidade de uma lei que estabeleça a autoridade do órgão.

Brasil ultrapassa 21 GW em GD solar

Ao todo, são quase dois milhões de sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede e cerca de 2,5 milhões de unidades consumidoras, de acordo com dados da Aneel. São Paulo (2,9 GW), Minas Gerais (2,8 GW), Rio Grande do Sul (2,2 GW) e Paraná (2 GW) lideram em capacidade instalada.

Claro atinge 200 MW em programa de energia renovável

Iniciado em 2017, soma 85 usinas de geração distribuída, utilizando solar, hidrelétrica, biogás e cogeração qualificada. As plantas estão espalhadas por diversos estados e atendem a 70% do consumo da empresa em baixa tensão. Também adquire energia no mercado livre, com parques eólicos. Objetivo é atender a 100% de seu consumo em unidades de média tensão.

Alcoa investe R\$ 1,3 bilhão para descarbonizar operações no Brasil

Os recursos foram para projetos de energia renovável nos últimos dois anos nas unidades de Alumar, no Maranhão, e Poços de Caldas, em Minas Gerais.

Vibra lança chamada aberta para startups lideradas por mulheres

Iniciativa faz parte do Vibra Ventures, que tem R\$ 150 milhões em recursos para impulsionar soluções disruptivas em áreas como transição energética, mobilidade e varejo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 30/05/2023

PETROBRAS INICIA DESMOBILIZAÇÃO DE SONDA QUE DEIXARÁ O AMAPÁ NOS PRÓXIMOS DIAS

Companhia aguarda análise do Ibama sobre pedido de reconsideração feito na quinta (25/5)

Por repbr 30 de maio de 2023 Em Meio ambiente, Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética



Navio-sonda ODN II, enviado pela Petrobras à região do Oiapoque para perfurar um poço em busca de petróleo (Foto: Reprodução Facebook Ocyan)

A Petrobras informou nesta segunda (29/9) que iniciou, como previsto, a desmobilização da sonda e dos recursos destinados à campanha de perfuração no FZA-M-59, após a negativa do Ibama para o projeto em águas profundas da Bacia da Foz do Amazonas.

“Os procedimentos de desmobilização estão em andamento e a sonda estará apta a navegar nos

próximos dias em direção à região Sudeste, onde será alocada em outras atividades da companhia”, disse a empresa em nota.

A desmobilização havia sido anunciada em 18 de maio, após a decisão do órgão ambiental. Na quinta (25/5), a Petrobras entrou com pedido de reconsideração da decisão.

A intenção da companhia era realizar uma simulação de uma situação de emergência, o que foi negado pelo Ibama, que julgou que a atividade é inviável do ponto de vista ambiental.

“A Petrobras reitera que todos os recursos mobilizados no Amapá e no Pará para a realização da Avaliação Pré-Operacional (simulado para testar os planos de resposta à emergência) foram

viabilizados estritamente em atendimento a decisões e aprovações do Ibama, conforme registrado em autos públicos, seguindo as balizas legais e normativas vigentes”, diz a nota.

A Petrobras gasta desde meados de dezembro R\$ 3,4 milhões por dia com a sonda e recursos associados, o que representa uma despesa da ordem de R\$ 600 milhões, até o momento.

A estatal avalia internamente que os recursos são necessários em outros projetos enquanto não há uma decisão diferente do Ibama permitindo a perfuração na bacia.

Desentendimento sobre estudos adicionais

A decisão do Ibama desencadeou uma crise entre os ministérios de Minas e Energia (MME) e do Meio Ambiente (MMA), em razão do desentendimento sobre a necessidade de realização de estudos prévios, chamados AAAS, que precisam ser contratados pelo governo.

O Ibama e o MMA concluíram que a AAAS da Foz do Amazonas é uma condição para o licenciamento ambiental.

O entendimento do MME – e da Petrobras – é que os estudos estão restritos à decisão sobre oferta ou não de áreas, o que não é o caso dos blocos da Foz do Amazonas, já contratados.

Além da AAAS, que não cabe à Petrobras, o Ibama negou a licença com base em tempos e localização de bases de resposta a incidentes, itens que foram tratados no pedido de reconsideração feito em 25 de maio.

“A companhia aguarda o posicionamento do Ibama em relação ao pedido de reconsideração da decisão de indeferimento da licença ambiental, protocolado pela Petrobras em 25/5”, diz a nota.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 30/05/2023

MADURO NEGOCIA VENDA DE ENERGIA E DÍVIDA COM BRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira defendeu a integração energética na América Latina, citando Venezuela e Argentina

Por epbr 30 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás, Política energética



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião privada com o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro.

Os preços estão em queda: combustíveis, petróleo e, ao que tudo indica, a tempestade perfeita no refeito global passou.

Petrobras desmobiliza no Amapá. Sonda vai para o Sudeste nos próximos dias; e companhia segue com os planos de licenciar a exploração na Bacia da Foz do Amazonas

No Brasil pela primeira vez em 8 anos, Nicolás Maduro negocia a volta da venda de energia para o Brasil. A Venezuela foi fonte de suprimento de Roraima até 2019, único estado ainda isolado do sistema interligado de transmissão de energia.

– Crises que levaram à degradação da infraestrutura do país, seguido no rompimento de relações durante o governo Bolsonaro, interromperam o suprimento feito por meio de linhas de transmissão que interligam a hidrelétrica de Guri ao Brasil.



“Nós queremos recuperar a nossa relação energética com a Venezuela”, disse Lula. “Não se justifica Roraima ser o único estado fora da matriz energética brasileira, funcionando na base da termelétrica, muito mais cara [e] poluente”.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira defendeu a integração energética na América Latina, citando Venezuela e Argentina (Poder 360).

– “Por que não haver, nas grandes potencialidades energéticas, seja de gás, petróleo ou de energia elétrica, [cooperação] com a Argentina, com a Venezuela e com outros países vizinhos?”

– Reforçou, contudo, que a importação não exclui a necessidade de construção do Linhão de Tucuruí, que tem início das obras previsto agora para julho. Projeto da Transnorte (Eletronorte e Alupar).

Fernando Haddad, por sua vez, anunciou que o papel da Fazenda será consolidar a dívida com a Venezuela. “A partir dessa consolidação dos números, reprogramar o pagamento”. Valor é estimado em US\$ 1 bilhão, 80% com o BNDES (O Globo)

– Essa comissão com a Fazenda brasileira vai restabelecer condições de pagamento e a “verdade” sobre a dívida, disse Maduro, ao deixar o Palácio do Itamaraty.

Lula reúne uma cúpula com diversos líderes sul-americanos nesta terça (30/5), sob críticas de leniência com o regime venezuelano.

– Agora em maio, completa um ano desde o início da liberação da Casa Branca para a Chevron ampliar a produção na Venezuela, em uma decisão dos EUA para aumentar a segurança do suprimento de óleo.

Os preços da gasolina caíram 3,7%, para R\$ 5,26 por litro, na semana encerrada em 27 de maio, segundo dados da ANP. O etanol hidratado recuou 3,8%, para R\$ 3,84 no período. É a terceira semana consecutiva de queda nos preços dos combustíveis.

– O etanol é competitivo apenas no Mato Grosso, considerando a paridade de 70%, segundo levantamento do Novacana.

Queda após redução de preços da Petrobras e às vésperas da mudança na tributação: o ICMS passará a ser fixo por quantidade vendida (R\$ 1,22 por litro) e vai ficar mais caro em dez estados.

— Levantamento da Leggio Consultoria indica que o aumento será de 5,2% mais caro em regiões incluindo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Amapá e Santa Catarina. Cita que em Alagoas, no Amazonas e no Piauí, é possível uma redução do preço final da gasolina.

Os preços do petróleo também estão em queda no início desta semana. Brent abriu em com recuo de 1,40%, para US\$ 76,02 por barril (Investing.com)

Tempestade passou. A invasão da Ucrânia pela Rússia, que fez disparar os preços do petróleo e dos combustíveis em meados de 2022, perdeu seus efeitos no mercado de combustíveis, com as margens de refino voltando às tendências de longo prazo, de acordo com a análise da Wood Mackenzie.

– A expectativa é de margens abaixo das médias em 2024 e que a “lucratividade do refino será muito menor nos próximos trimestres”: Margens de refino retornam aos patamares pré-guerra.

Consórcio no mercado de GLP. A criação de um consórcio entre a Supergasbras e a Ultragas para o compartilhamento de ativos operacionais de gás liquefeito de petróleo (GLP) será objeto de debate nesta terça-feira (30/5), na Comissão de Minas e Energia da Câmara.

– A operação é alvo de questionamento por parte da concorrência no Cade e de preocupação do MME. Veja o que está em discussão: Como a parceria entre Ultragaz e Supergasbras pode afetar o mercado de GLP.

Acelen vs Petrobras. Também no Cade, a Acelen afirma que sem as mesmas condições de preço e entrega de óleo que a Petrobras pratica para suas próprias refinarias, a unidade de Mataripe – privatizada em 2022 – pode se tornar inviável.

– A empresa pede a segregação contábil do E&P e refino da estatal – com monitoramento do Cade sobre receitas, custos e preços – e a publicação dos preços internos para o refino do 1º trimestre de 2023, que foram omitidos do balanço da estatal. Veja os detalhes.

HBIO no RS. A Petrobras licenciou a tecnologia de coprocessamento de óleos vegetais com petróleo para a Riograndense, refinaria que é sócia, com Ipiranga e Braskem (epbr).

Desmobilização no Amapá. A Petrobras informou nesta segunda (29/9) que iniciou, como previsto, a desmobilização da sonda e dos recursos destinados à campanha de perfuração no FZA-M-59, após a negativa do Ibama para o projeto em águas profundas da Bacia da Foz do Amazonas (epbr).

– A sonda da Ocyan segue para o Sudeste. Na Margem Equatorial, há o licenciamento para a campanha no Rio Grande do Norte, mas a Petrobras ainda mantém os planos de exploração dos blocos no Amapá.

Eólicas offshore. Governo do Rio Grande do Norte, EDF Renewables e Internacional Energias Renováveis (IER) assinaram nesta segunda (29) um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês) para cooperação em projetos de geração de energia eólica offshore e produção de hidrogênio verde no estado (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 30/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS PLANEJA VOLTAR A INVESTIR EM BOLÍVIA, VENEZUELA E GUIANA

Em comunicado, Jean Paul Prates fala em visitar os países vizinhos e debater exploração de gás
Por Bruno Rosa

Após vender quase todas as operações na América do Sul, a Petrobras quer voltar a investir nos países vizinhos. De acordo com Jean Paul Prates, presidente da estatal, a estratégia é visitar iniciativas na Bolívia, Venezuela e Guiana.

Em comunicado, o executivo lembrou que está preparando a "Petrobras para uma nova fase em refino".

- Queremos visitar países vizinhos, como Bolívia, Venezuela e Guiana, e debatermos alguns pontos como os termos contratuais, novas potencialidades de exploração de gás e a preparação das empresas para a transição energética - disse Prates, em comunicado.

Nesta terça-feira, Prates se reuniu com o presidente da Bolívia, Luis Arce, e tratou do futuro da exploração de gás e do petróleo na América do Sul. Eles participaram do encontro de líderes dos países da América do Sul, realizado pelo Governo Federal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília.



Jean Paul afirmou que a companhia pretende estudar novos negócios na área de exploração e de gás. Prates reforçou, ainda, que as empresas que têm o estado como sócio majoritário, a exemplo da Petrobras e da YPF, são extremamente necessárias para a transição energética no mundo.

Prates destacou que a Bolívia está "à disposição para sentar e buscar soluções conjuntas para os dois países". Prates e Arce terão uma nova reunião no segundo semestre, na Bolívia para tratar de acordos comerciais entre os países.

Em entrevista recente ao jornal "Estado de S.Paulo", Prates afirmou que considera investir na exploração de áreas da chamada Margem Equatorial que pertencem à Guiana e ao Suriname. A estatal comprou pacote de dados sísmicos para participar de um leilão que será feito pela Guiana. O interesse ocorre ao mesmo tempo em que a estatal refez o pedido de licenciamento ao Ibama para perfurar um poço exploratório na bacia da Foz do Amazonas.

A internacionalização da estatal é um dos planos de Prates, segundo fontes. O executivo pretende ampliar os investimentos na América do Sul, com a revisão do plano de negócios da companhia para os próximos cinco anos.

A Petrobras passou a vender os ativos em toda a América do Sul para reduzir sua dívida após os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato.

Após a venda de ativos, a Petrobras tem ainda na Argentina fatia de 33,6% do campo Rio Neuquén. Em 2022, a produção de petróleo e gás chegou a 9,7 mil barris por dia de óleo equivalente (boe/d).

Na Bolívia, a produção de gás vem principalmente dos campos de San Alberto e San Antonio, onde tem 35% de participação, com produção de 18 mil boe/d. Tem ainda uma área de exploração.

Na Colômbia, a Petrobras opera e tem uma participação de 44,44%, em parceria com a Ecopetrol, no bloco de exploração no mar em Tayrona, que inclui a descoberta de gás Uchuva. A companhia tinha ainda em processo de desinvestimento operações na área de combustíveis e uma planta de lubrificantes.

No Paraguai, após a venda das atividades de distribuição em 2019, a empresa local usa a marca da Petrobras através de um contrato de licenciamento. O mesmo ocorre no Chile, onde as atividades foram vendidas em 2017.

Em 2006, a Venezuela PDVSA chegou a anunciar acordo com a Petrobras para a criação de uma empresa com o objetivo de explorar campos na no país vizinho.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2023

GOVERNO FEDERAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 15,6 BILHÕES EM ABRIL, DIZ TESOURO

O resultado das contas públicas acumulado nos quatro primeiros meses do ano de 2023 é também positivo: o governo teve superávit primário de R\$ 47,2 bilhões.

Por Renan Monteiro — Brasília

O governo fechou o mês de abril com um saldo positivo de R\$ 15,6 bilhões nas contas públicas, conforme dados divulgados pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira. O número ficou abaixo do total registrado no mesmo mês do ano passado, quando o saldo foi de R\$ 28,9 bilhões.

O superávit primário considera que as receitas do governo superaram as despesas, sem considerar o pagamento de juros da dívida pública.

O resultado das contas públicas acumulado nos quatro primeiros meses do ano de 2023 é também positivo: o governo teve superávit primário de R\$ 47,2 bilhões.

O número acumulado, contudo, ficou abaixo do registrado no ano anterior. De janeiro a abril de 2022, o saldo foi de R\$ 79,02 bilhões. Ou seja, uma queda de R\$ 31,82 bilhões.

Em coletiva nesta terça-feira, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, argumenta que essa perda é resultado das desonerações iniciadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

— Encerramos um primeiro quadrimestre muito desafiador, por causa da dificuldade de gerar receitas para compensar a expansão de despesas. O primeiro quadrimestre se encerra com resultado fiscal bom, dadas as limitações — disse Ceron.

Ainda conforme os dados divulgados hoje, em abril de 2023, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 36,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) continuou deficitária, desta vez em R\$ 20,8 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2023

IGP-M, QUE REAJUSTA CONTRATOS, JÁ ACUMULA QUEDA DE MAIS DE 4% EM 12 MESES. SAIBA A RAZÃO

Índice caiu 1,84% em maio, um tombo maior do que o esperado por economistas e puxado por commodities

Por Maeli Prado



Minério de ferro Pixabay

Índice de inflação mais usado em reajuste de contratos de serviços, o IGP-M registrou queda de 1,84% em maio, um tombo maior do que o esperado pelo mercado. Em 12 meses, o indicador já acumula uma deflação de 4,47%, segundo dados divulgados hoje pela FGV.

O alívio vem da perda de ritmo da economia global. Os aumentos nas taxas de juros das principais economias vêm restando a demanda por alimentos e bens duráveis, o que reduz os preços de commodities.

No Brasil, há um cenário adicional que pressiona a inflação para baixo, que é a safra recorde de grãos projetada para este ano.

- Não é só a supersafra que está derrubando preços de milho, soja e trigo - disse André Braz, economista responsável pelos índices de preços da FGV, ao blog. - O mundo passa por uma desaceleração, e isso se reflete na queda das commodities. Não só as agrícolas. O minério de ferro, usado em bens duráveis, como máquinas e equipamentos, foi destaque de queda em maio.

O dado da FGV mostra que o minério de ferro, que já tinha caído 4,41% em abril, acelerou a deflação para 13,26% neste mês. A soja também passou a cair ainda mais em maio (de 9,34% no mês passado para 8,40% agora).

- Isso é positivo porque aos poucos vai chegando ao varejo. A ração fica mais barata, os preços de carne também, produtos derivados de óleo de soja, milho, margarina - exemplificou Braz. - Essas grandes commodities mais em conta ajudam que a queda chegue aos produtos de uso cotidiano do consumidor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/05/2023



O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ELETOBRAS: MINORITÁRIOS QUESTIONAM CVM SOBRE POSSÍVEL ACORDO PARA AUMENTAR ASSENTOS DA UNIÃO

Documento solicita que esclarecimentos sobre notícias de que governo poderia aumentar poder na empresa sejam feitos por comunicado ao mercado

Por Denise Luna

RIO - O diretor da Associação de Empregados de Furnas (Asef) e acionista da Eletrobras, Felipe Ferreira de Araújo, entrou com questionamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre notícias veiculadas na mídia de que a empresa e a União estariam conversando para aumentar o número de assentos do governo no conselho de administração da ex-estatal.

“Como acionistas, exigimos explicações imediatas, uma vez que qualquer movimentação no conselho de administração da companhia deve ser discutida no fórum adequado, ou seja, na Assembleia de Acionistas”, disse o diretor da Asef no pedido à CVM, protocolado nesta terça-feira, 30.

O documento solicita “imperiosamente” que os esclarecimentos sejam feitos via comunicado ao mercado e o mais urgente possível.

De acordo com matérias divulgadas nesta segunda e terça-feira, 30, a União poderia aumentar o número de cadeiras no conselho da Eletrobras de um para três ou quatro, o que aumentaria o poder do governo na companhia, privatizada no ano passado.

Em troca, o governo deixaria de questionar cláusulas da privatização da companhia, como o poder de voto, que está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de o governo ter mantido 43% da participação acionária na Eletrobras, o peso do voto é limitado a 10%, como os demais acionistas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2023

CONTA DE LUZ: TARIFA DEVE SUBIR, EM MÉDIA, 6,9% EM 2023 E NÃO HAVERÁ TAXA ADICIONAL, DIZ AGÊNCIA

Reajustes, porém, variam para cada região; bandeira verde está em vigor há mais de um ano e reflete as boas condições de geração de energia elétrica no País, segundo a Aneel

Por Marlla Sabino

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que a tarifa de energia elétrica deve subir, em média, 6,9% em 2023. O dado foi apresentado pelo diretor-geral do órgão regulador, Sandoval Feitosa, nesta terça-feira, 30, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado.

“A tarifa média no Brasil para 2023 tem uma perspectiva de ser reajustada em 6,9%, em média, como já falado. Tem regiões que têm tarifas maiores”, disse. “O Brasil hoje é um país da energia barata, mas tarifa cara”, completou.

Os reajustes, contudo, variam para cada região. No Norte, a estimativa é que a tarifa suba, em média, 17,6%. Para o Nordeste, a projeção é de reajuste médio de 7,9%. Já para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a agência estima aumentos médios de 6,5%, 5,7% e 4,5%, respectivamente.



As estimativas, de maio deste ano, envolvem diversas incertezas em razão da antecedência de sua realização e da dinâmica das variáveis que compõe os processos tarifários.

As tarifas dos consumidores regulados, ou seja, aqueles atendidos pelas distribuidoras, são reajustadas pela agência anualmente, no aniversário da concessão. Feitosa explicou que a tarifa de energia elétrica é composta pelos custos de distribuição, transmissão, geração e encargos setoriais — parcela que mais tem subido.

“Os encargos setoriais, subsídios, são definidos por políticas públicas, ou seja, pelo Congresso Nacional e também pela Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, em alguma medida. A Aneel contribui, no sentido de dar informação aos tomadores de informação e dar transparência”, afirmou.

Segundo o diretor-geral da Aneel, os encargos setoriais cresceram acima do IPCA e IGP-M, índices de inflação, desde 2015. Ele citou a criação do subsidiômetro, ferramenta digital da Aneel que detalha os subsídios pagos pelos consumidores via conta de luz nos últimos anos.

Bandeiras tarifárias

Feitosa indicou ainda que os consumidores não irão pagar taxa adicional nas contas de luz neste ano, as chamadas bandeiras tarifárias. Segundo ele, as perspectivas para 2024 também são positivas.

“Já estamos desde o ano passado sem acionamento das bandeiras. Este ano não teremos acionamento das bandeiras e temos boas perspectivas para o ano que vem. Isso dá uma melhor percepção para o consumidor”, afirmou na audiência pública.

A agência informou na última sexta-feira que manteria a bandeira verde no mês de junho, ou seja, sem cobranças adicionais. O patamar está em vigor há mais de um ano, desde abril de 2022, e reflete as boas condições de geração de energia elétrica no País.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar os custos da geração de energia no País aos consumidores e atenuar os impactos nos orçamentos das distribuidoras de energia.

Universalização rural

Em sua apresentação inicial, o diretor apresentou dados do setor elétrico relacionados a investimentos, expansão da geração e transmissão de energia no País, programas sociais, como o Tarifa Social, e desafios para os próximos anos no setor elétrico.

Um deles seria a universalização de energia elétrica em áreas rurais em alguns Estados, como Pará, Amazonas e Rondônia. “Temos um trabalho que está sendo discutido com Ministério de Minas e Energia no sentido de dar incentivo para que empresas façam uma maior inclusão de parte dessa população”, afirmou.

De acordo com Feitosa, a agência poderia aumentar a parcela da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para esse fim, mas que seria necessário reduzir os recursos destinados para outras iniciativas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2023

EMPRESAS DE MOBILIDADE BUSCAM SOLUÇÕES PARA A FALTA DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS NO SETOR

Período de pandemia alterou o ritmo de produção e distribuição de materiais essenciais para a área.

Por CCR, Estádio Blue Studio

Com a pandemia de covid-19 superada de vez, o momento é de retomada nos mais diversos setores econômicos que foram transformados pela emergência sanitária global. A mobilidade se enquadra

nesse cenário, já que o fluxo de produção de materiais, insumos e equipamentos passou por uma série de turbulências, cujos efeitos estão sendo sentidos agora pelo mercado.



Marcio Hannas, presidente da CCR Mobilidade, participa do Summit Mobilidade 2023 nesta quarta-feira 31 Foto: Divulgação CCR

A ViaMobilidade, que opera as Linhas 8 – Diamante e 9 – Esmeralda de trens metropolitanos de São Paulo, enfrenta, por exemplo, atraso no planejamento de entrega dos 36 novos trens que foram encomendados para a Alstom. O grupo francês, por sua vez, com quase sete décadas de atuação no Brasil dedicadas ao transporte ferroviário, enfrenta o desafio de conseguir insumos, especialmente componentes eletrônicos, para acelerar as entregas.

Trata-se de um fenômeno global que afeta também outras indústrias, como a automobilística. A origem principal está na paralisação das fábricas na China durante a pandemia de covid-19. Esse quadro tem, inclusive, suscitado a mobilização do Brasil e de outros países para incentivar a produção de semicondutores e chips, reduzindo assim a dependência do

fornecimento externo.

A entrega do primeiro trem pela Alstom já ocorreu e a nova composição segue em fase de testes e condicionamento para ser disponibilizada ao público com toda a segurança operacional necessária. Agora a ViaMobilidade e a Alstom correm contra o tempo para minimizar o efeito cascata dos atrasos.

“Apesar de todos os desafios do mercado, a nossa maior preocupação e foco é poder entregar aos nossos clientes, da forma mais rápida possível, um sistema renovado. Com trens mais modernos e confortáveis, mas sem deixar de lado a segurança dos processos de produção e testes”, relata Marcio Hannas, presidente da CCR Mobilidade.

As providências e adaptações necessárias em decorrência de todas essas circunstâncias serão debatidas no painel “Desafios da Mobilidade: o fornecimento no pós-pandemia”, que a CCR, grupo proprietário da ViaMobilidade, patrocinará durante o Summit Mobilidade 2023, no dia 31 de maio, às 12h20, com transmissão online pelas redes sociais do Estadão. A conversa terá a participação do presidente da CCR Mobilidade, Marcio Hannas, ao lado de representantes de outros importantes players do mercado: Pierre Emmanuel Bercaire, diretor-geral da Alstom Brasil, e Joubert Fortes Flores Filho, presidente do Conselho da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), com mediação do jornalista Maurício Oliveira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2023

CÂMARA APROVA PL DO MARCO TEMPORAL E IMPÕE DERROTA A GOVERNO LULA

Gestão petista tentou barrar a votação e maioria dos deputados preferiu aprovar proposta defendida por setores ruralistas

Por Vinicius Valfré

BRASÍLIA - A Câmara aprovou o projeto de lei 490/2007, o chamado PL do Marco Temporal, nesta terça-feira, 30, por 283 votos a 155, em uma derrota ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Apesar de governistas terem tentado adiar a votação, a proposta contou também com votos de parlamentares de partidos da base. O principal ponto do projeto é estabelecer em lei que somente territórios ocupados por indígenas na data da promulgação da Constituição 1988 podem ser demarcados como terras indígenas.

O texto, que seguirá ainda ao Senado, era uma demanda dos ruralistas e foi votado sob protesto de parlamentares de esquerda e movimentos indigenistas. A frente agropecuária sustenta que o projeto dará segurança jurídica ao setor. Segundo os ruralistas, sem um marco temporal para servir de parâmetro para demarcação de terras, há risco de grupo autodeclarados indígenas possam reivindicar terras hoje sob a posse de produtores rurais.

“Estamos falando de áreas urbanas, de municípios que deixariam de existir, caso não haja um marco temporal para se tornar pertencente à terra”, disse o presidente da FPA deputado Pedro Lupion (PP-PR).

Governistas já falam em judicializar a votação em que saíram derrotados. A derrota do governo foi sacramentada com votos de deputados integrantes de partidos com ministérios na Esplanada, como MDB, União Brasil, PSD e PSB.

Na prática, se promulgada, a lei vai paralisar todos os processos de demarcação em andamento. Há pelo menos 303 em tramitação. Hoje, o Brasil tem 421 terras indígenas homologadas. Elas somam 106 milhões de hectares e têm cerca de 466 mil indígenas.

Com a aprovação, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), e a cúpula da Casa pretendiam passar um recado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte retomará um julgamento sobre demarcação de terras indígenas na próxima terça-feira, 6.

“Tenho certeza que a sinalização da Câmara, aprovando esse projeto de lei, fará com que Supremo reflita e pelo menos paralise essa querela jurídica que está marcada para se julgada em junho”, afirmou Arthur Maia (União-BA), autor do texto aprovado. “Estamos mandando a nossa mensagem ao Supremo, a de poder harmônico, mas ativo. Não podemos aceitar que outros Poderes invadam nossa prerrogativa”.

Os deputados favoráveis à proposta argumentam que ela foi construída à luz do julgamento do Supremo sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2009. Na ocasião, o marco temporal foi considerado. Para eles, as condicionantes daquele julgamento devem ser tratadas como paradigma.

Os contrários ao texto, porém, ressaltam que o debate não foi esgotado pelo Supremo e que há diversos precedentes que afirmam que o marco temporal e as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol são aplicáveis somente para a demarcação daquela terra indígena específica.

Para a deputada governista Juliana Cardoso (PT-SP), o projeto é um retrocesso. “É o projeto da morte, da perversidade do lucro acima da vida humana. Esse ‘PL da morte’ quer acabar de novo com direito adquirido e promover a injustiça. É um crime contra os povos indígenas”, disse.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que tentou articular o adiamento da votação, mas foi superado. “Respeitando aqueles que são do governo e votam a favor, mas o governo não tem como encaminhar o voto ‘não’ a essa matéria porque compreende que é um erro votar esse projeto agora”, disse, na discussão.

Segundo estimativas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), principal fiadora da proposta, as terras indígenas são cerca de 14% do território nacional. Se todos os processos de demarcação em curso fossem encerrados, seriam 30%. A produção agrícola abrange 24% do território brasileiro.

Apesar de a chamada tese do “marco temporal” ser o principal item do PL 490/2007, ele altera políticas indigenistas que vigoram há décadas. Uma delas reacende a possibilidade de contato com povos que vivem em isolamento voluntário, prática que marcou a relação da ditadura militar com indígenas.

O texto cria a possibilidade de contato com indígenas que vivem em isolamento voluntário para ações de “utilidade pública”, inclusive por meio de “entidades particulares, nacionais ou internacionais”, contratadas pelo Estado. O projeto não especifica quais seriam as atividades de utilidade pública admitidas.

Por se tratar de expressão genérica, parlamentares e movimentos contrários ao projeto temem que o dispositivo permita o contato forçado até para missões religiosas. O relator, deputado Arthur Maia, afirmou que o texto atrela o contato ao controle da Fundação Nacional do Índio (Funai) e que seu objetivo foi o de apenas evitar que organizações não governamentais estrangeiras acessem povos isolados no Brasil sem a fiscalização do governo.

Antes da aprovação do texto, o governo sofreu duas derrotas expressivas. Primeiro, apresentou requerimento para retirar o projeto da pauta. Obteve apenas 123 votos favoráveis, contra 257 contrários. Depois a oposição, pediu para abreviar a discussão e conseguiu 311 apoios. O governo, só 137.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2023

CHILE E URUGUAI REBATEM TESE DE LULA DE QUE AUTORITARISMO NA VENEZUELA DE MADURO É UMA FARSA

Luis Lacalle Pou diz ter ficado surpreso quando ouviu presidente brasileiro afirmar que desrespeito a liberdade política na Venezuela é ‘narrativa’; Boric diz que esquerda deve cobrar chavista

Por Felipe Frazão

BRASÍLIA - Os presidentes do Chile, Gabriel Boric, de centro-esquerda, e do Uruguai, Luis Lacalle Pou, de centro-direita, reagiram nesta terça-feira, dia 30, às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro de que relatos de violações de direitos humanos, autoritarismo e restrição das liberdades democráticas na Venezuela eram fruto de uma “narrativa”.

“Não se pode fazer vista grossa a princípios importantes. Discordo do que Lula disse ontem. Não é uma construção narrativa, é uma realidade e tive a oportunidade de ver em centenas de milhares de venezuelanos que vivem na nossa pátria”, afirmou Boric, cobrando respeito aos direitos humanos.

Lacalle Pou, por sua vez, se disse surpreso com as declarações de Lula. “Fiquei surpreso quando se disse que o que acontece na Venezuela é uma narrativa. Vocês sabem o que nós pensamos da Venezuela e do governo da Venezuela”, reagiu o uruguaio. “Se há tantos grupos no mundo tentando mediar a volta da democracia plena na Venezuela, para que haja respeito aos direitos humanos, para que não haja presos políticos, o pior que podemos fazer é tapar o sol com um dedo. Vamos dar o nome que tem e vamos ajudar.”

Depois da reunião, Maduro minimizou as críticas. “Isso é normal. Eles têm uma visão, nós temos outra. Há união na diversidade. Isso é a América do Sul, e sempre haverá debate”, disse. “O espírito unitário sul-americano reinou hoje. Sempre haverá diferenças de critério, propostas e ideias. Mais importante é que houve debate com muita tolerância e franqueza.”



A jornalista, no entanto, o chavista não respondeu se há condições mínimas para disputa das eleições nem se há democracia na Venezuela.

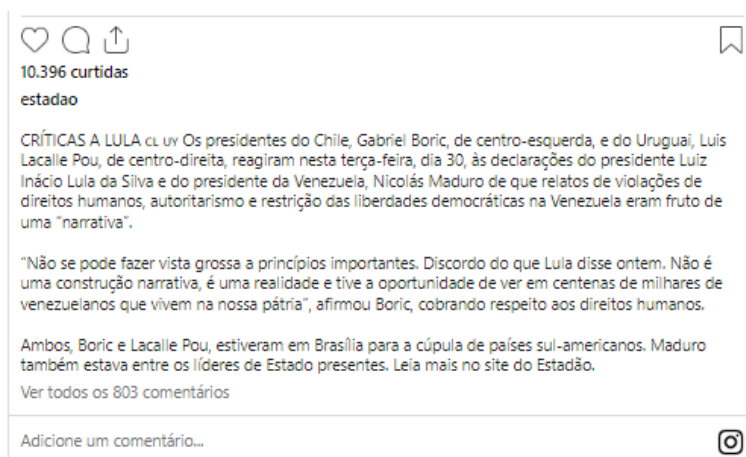
O presidente do Uruguai (esquerda) Luis Lacalle Pou, ao lado do ministro da Relações Exteriores uruguaio, Francisco Bustillo, ouvem o discurso de Lula na abertura da cúpula de países sul-americanos Foto: Sergio Lima / AFP

Brasil aliado do chavismo

Para analistas, a posição de Lula prejudica o Brasil e coloca o País como aliado do regime chavista. Em sua conta no Twitter, Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da FGV-SP e colunista do Estadão, escreveu: “A retórica incrivelmente bajuladora de Lula em relação ao venezuelano Nicolás Maduro – cuja repressão sistemática e abusos de direitos humanos estão bem documentados – é muito mais prejudicial à reputação internacional do governo brasileiro do que qualquer outra coisa que Lula tenha dito ou feito até agora.”

Stuenkel também escreveu que “ao abraçar explicitamente a linha oficial do governo Maduro, Lula se posicionou como um dos principais aliados da Venezuela – e a maioria dos outros aliados da Venezuela são regimes autocráticos. Isso basicamente exclui o Brasil de qualquer papel potencial de mediação na Venezuela”.

Já o jornalista venezuelano e colunista do Estadão Moisés Naím, perguntou: “Lula acredita honestamente que o colapso da Venezuela e o sofrimento de milhões de pessoas se deve ao que ele chama de ‘narrativa construída?’. Quem conta uma história tendenciosa sobre as causas da nossa tragédia é ele e Lula sabe disso”, afirmou.



Assista : <https://www.instagram.com/p/Cs4hUsrMdQd/>



Boric 'cara a cara' com Maduro

O presidente chileno afirmou, em declaração a jornalistas após deixar a o retiro de países sul-americanos promovido por Lula, que foi a primeira vez que muitos dividiram o mesmo espaço com Nicolás Maduro.

Ele disse ter visto com satisfação o retorno de Maduro às instâncias multilaterais, mas frisou que era relevante expor as diferenças, ainda mais pelo fato de seu governo também ser de esquerda. “Como representante da esquerda, eu disse que era importante falar cara a cara com Maduro”, explicou o presidente chileno, que já era um crítico das ações do regime chavista e sofre críticas em seu campo político.

De acordo com a chancelaria chilena, Maduro apenas ouviu as críticas e não deu respostas às intervenções pessoas dos presidentes do Chile e do Uruguai, mas falou sobre a situação em geral no país.

Assista : <https://twitter.com/i/status/1663666191955636225>

Uruguai pede respeito a direitos humanos

Dirigindo-se a Lula, Lacalle Pou afirmou que falava sobre o tema durante sua intervenção de abertura na reunião de presidentes sul-americanos porque o comunicado conjunto negociado entre os 12 países da região aborda questões relacionadas à democracia, liberdade política e direitos humanos. No fim da reunião todos os presidentes assinaram o documento.

“Eu digo, senhor presidente, porque até pouco tempo o Uruguai não tinha embaixador na Venezuela, e nós nomeamos um, como temos em Cuba e em tantos lugares. Nossa afinidade é com o povo venezuelano”, explicou Lacalle Pou, em um momento de maior acirramento até agora na cúpula.

O uruguaio rebateu também a cobrança feita por Lula. O petista protestou contra a falta de legitimidade internacional de Maduro. Disse não entender por que razão tantos países democráticos e desenvolvidos deixaram de reconhecer a vitória de Maduro nas eleições de 2019. Mais de 50 países passaram a apoiar a liderança paralela do ex-deputado e líder da oposição Juan Guaidó - autodeclarado como presidente “encarregado” da Venezuela. Para Lula, o parlamentar era um “impostor”.

Mapa político

Veja a orientação política dos líderes dos países sul-americanos

PAÍSES GOVERNADOS PELA ESQUERDA OU CENTRO-ESQUERDA PAÍSES GOVERNADOS PELA DIREITA OU CENTRO-DIREITA



O presidente do Uruguai afirmou que, embora não caiba aos demais países escolher o governo da Venezuela, eles devem sim opinar na situação porque negociam uma declaração conjunta que cita democracia, direitos humanos e proteção das instituições.

“Se essa citação não existisse, eu não teria por que opinar sobre o assunto. Mas vamos assinar, estamos tentando chegar a um acordo para assinar a declaração. E, quando a assinemos, não teremos a mesma definição, que creio ser uma só, do que são o respeito às instituições, aos direitos humanos e à democracia.”

Desconforto com Maduro

As respostas de Boric e Lacalle Pou expuseram o desconforto latente entre os chefes de Estado convidados por Lula para um retiro presidencial em Brasília. Mais do que a presença de Maduro, advogada por Lula, causou incômodo o

prestígio emprestado pelo petista ao chavista, recebido por ampla delegação no Planalto, e a repetição de argumentos do regime, com a contestação de violações amplamente reconhecidas na comunidade internacional, inclusive em relatórios das Nações Unidas. Mais cedo, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, também de centro-esquerda, disse que o continente está unido apenas no discurso.

Lula procurou reabilitar Maduro e isentou o líder chavista até do declínio econômico no país. O presidente brasileiro afirmou, por exemplo, que as sanções contra o regime chavista aplicadas pelos Estados Unidos são “inexplicáveis”, motivadas por “disputa ideológica” e matam mais do que uma guerra.

Lacalle Pou ainda elogiou e fez coro com o presidente da Guiana, Irfaan Ali. “Vamos ser julgados por nossas ações. Não podemos parar no tempo. A vida termina, e, ainda que alguns acreditem que não, os governos também”, afirmou o uruguaio, em mais uma indireta à perpetuação de Maduro e ausência de troca no poder, no Palácio Miraflores, em Caracas.

O presidente do Uruguai transmitiu seu discurso em uma dos meses de trabalho da cúpula pelas redes sociais. O formato do retiro era fechado e só a abertura, feita por Lula, foi televisionada pela organização do governo brasileiro. O modelo mais restrito do diálogo entre os presidentes, acompanhados apenas de um ministro e dois assessores, tinha por objetivo dar liberdade a eles, mas ajudava justamente a evitar a exposição dos momentos tensos e de divergência, como mostrou o Estadão.

Ao deixar o encontro, Maduro reiterou o tom ameno em relação às críticas. “Vamos entrar numa nova etapa da integração da América do Sul, sem desdenhar das experiências dos últimos 15 anos. Retomamos um impulso para união com a diversidade”, disse. Há presidentes com diversas visões. Somos uma corrente popular, revolucionária, bolivariana, de esquerda. Não temos problema de sentar e falar francamente com nenhuma força política, com nenhum presidente e corrente. Um diálogo respeitoso e tolerante.”

“Há presidentes com diversas visões. Somos uma corrente popular, revolucionária, bolivariana, de esquerda. Não temos problema de sentar e falar francamente com nenhuma força política, com nenhum presidente e corrente. Um diálogo respeitoso e tolerante.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/05/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

PARÁ QUER ALUGAR TRANSATLÂNTICOS PARA COMPENSAR FALTA DE HOTÉIS PARA COP30

Previsão do governo estadual é receber entre 70 mil e 100 mil pessoas nos dias do evento climático

Por Julio Wiziack, Folhapress — São Paulo



Vista da cidade de Belém, no Pará — Foto: Prefeitura Municipal de Belém

O governo do Pará avalia alugar transatlânticos para utilizá-los como hotéis na COP30, a conferência de mudanças climáticas da ONU, marcada para novembro de 2025, em Belém. Seria a saída para suprir carências da rede hoteleira na capital paraense.

Na semana passada, a ONU aprovou a candidatura do Brasil para sediar o evento. O anúncio foi oficializado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Pará,

Helder Barbalho (MDB), que pleiteia o posto de sede do encontro desde a virada do ano.

A COP faz uma série de condicionantes para que as cidades sediarem um evento deste tipo. Entre as exigências, está o estabelecimento de uma rede de hotelaria.

A previsão do governo estadual é receber entre 70 mil e 100 mil pessoas nos dias do evento climático. Para resolver as pendências com infraestrutura, Barbalho costura acordos com o governo federal para desenvolver modais logísticos no estado.

Há duas semanas, ele se reuniu com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e discutiu investimentos em modernização do aeroporto de Val de Cans e a criação de um terminal hidroviário que serviria para abrigar os transatlânticos.



O governo paraense já anunciou que vai utilizar a área do antigo aeroporto Brigadeiro Protássio para criar um espaço multifuncional, que servirá como centro de eventos, espaço de museu, teatro, entre outros. O local é apontado como possível ponto de suporte da reunião da COP30.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2023

‘BOIADA’ PASSANDO, NÃO

PL permite empreendimentos de não-indígenas em nossos territórios, acabando com o usufruto exclusivo que está na Constituição

Por Doto Takak Ire

Mais uma vez os povos originários e o meio ambiente foram usados como moeda de troca em disputas no Congresso, que no último dia 24 de maio passou mais uma “boiada”. Além do esvaziamento de atribuições do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e dos Povos Indígenas, e da ressurreição de uma brecha na Lei da Mata Atlântica, os congressistas ainda aprovaram a urgência na tramitação do Projeto de Lei 490/2007, um verdadeiro caldeirão de maldades que apensou 14 projetos que violam nossos direitos ao tema principal: o da adoção do marco temporal.

Tudo isso às vésperas da chegada a Brasília de indígenas de todas as regiões, incluindo parentes Kayapó, para marcar posição na Praça dos Três Poderes. Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal tem dois julgamentos muito importantes para nós, povos indígenas: o da Ação Direta de Inconstitucionalidade da Ferrogrão, pautado para o dia 31 de maio; e o de um Recurso Extraordinário na demarcação da Terra Indígena Ibirama-Laklãmõ, do povo Xokleng, que os ministros do Supremo decidiram que terá repercussão geral. Pautado para 7 de junho, o que ficar decidido guiará todos os processos futuros.

O marco temporal pode levantar dúvidas também sobre terras indígenas já demarcadas e homologadas

Nossas tradições e culturas milenares têm garantido a preservação do meio ambiente, especialmente na Amazônia. Sabemos como viver da floresta sem destruí-la, garantindo, com o nosso modo de vida, o sustento de nossas famílias e a saúde do planeta. E é isso o que está em jogo nestes dois julgamentos.

Uma demanda antiga do agronegócio, a Ferrogrão visa baratear o escoamento de soja e milho de uma das principais regiões produtoras, o Mato Grosso (MT), para os portos do norte do Pará, de onde são exportados, acompanhando o traçado da BR-163. Serão 993 km de ferrovia de carga entre Sinop, a capital do Nortão de MT a Miritituba, no sul do Pará. De lá, os grãos são embarcados em barcaças no rio Tapajós e seguem para grandes portos fluviais em Santarém, onde são transferidos para navios e exportados.

A abertura da BR-163, sem levar em conta que já estávamos lá e sem planejamento, trouxe desmatamento, garimpeiros, madeireiros e pistoleiros. A Ferrogrão, que em alguns trechos passará bem perto das nossas terras, já nos impacta antes mesmo de começar a ser construída: a especulação imobiliária amplia o risco de invasão às nossas terras.

O projeto da ferrovia está parado porque o governo decidiu reduzir o Parque Nacional do Jamanxim - a ser cortado pelo atual traçado da Ferrogrão - por Medida Provisória e sem as devidas consultas legais e compensações ambientais. Vai desmatar quase 400 km do Parque e isto levou à ADI em que um partido político questiona como a desafetação foi feita. Já a questão da consulta prévia, livre e informada, garantida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2003, passou batida.



Há 20 anos, o Brasil se comprometeu a consultar as populações tradicionais que possam ser afetadas por grandes obras. Nossa experiência com a BR-163 nos mostra que impactos podem ser muito maiores do que os previstos. No projeto da Ferrogrão a consulta nunca aconteceu e nunca foi motivo para impedir a continuação da obra.

Somos a favor do desenvolvimento sustentável, com projetos que garantam a floresta em pé, porém sem ferir a Constituição Federal e a legislação ambiental, muito menos passando por cima de quem vive na Amazônia. Desde que foi anunciada, a Ferrogrão provocou especulação, expansão da soja no sul do Pará, disputas sobre onde serão as estações de transbordo e a multiplicação de grileiros e de portos. Trouxe também mais necessidade de monitoramento em nossos territórios, mais contaminação de rios com agrotóxicos. A soja já chegou nos limites de nossas terras e os pesticidas nos rios, trazendo alergias para as crianças que se banham nestes rios.

Já o marco temporal retira o direito dos povos indígenas às terras que não estivessem ocupadas por nós no dia da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Não leva em consideração que vários povos foram e ainda são expulsos de seus territórios com uso de violência. E que só a partir da Constituição pudemos passar a buscar nossos direitos na Justiça. Antes dela, éramos tutelados.

O PL 490 também ressuscita a transferência das demarcações do Executivo para o Legislativo, depois da derrota da PEC 215 - que mobilizou o movimento indígena por anos e foi devidamente derrotada. E não para aí: o PL passa a permitir empreendimentos de não-indígenas em nossos territórios, acabando com o usufruto exclusivo que está na Constituição; legaliza o garimpo em territórios indígenas; dá poderes a empreendedores para contactarem indígenas isolados que estejam no seu caminho. Ele é realmente um caldeirão de maldades.

Vamos acampar em Brasília juntamente com nossos parentes de todo o país para acompanhar os julgamentos no Supremo. O marco temporal pode atingir não só os indígenas que não tiveram territórios demarcados, mas levantar questionamentos sobre Terras Indígenas já demarcadas e homologadas. Por que só o agro pode exigir segurança jurídica? E a nossa, não conta?

Para nós, a floresta em pé não tem preço, mas relatório recente do Banco Mundial estimou o seu valor em mais de US\$ 317 bilhões, cerca de R\$ 1,5 trilhão, por ano.

Continuamos lutando por nossos direitos e pela manutenção dos territórios para futuras gerações. Defendemos a vida e a floresta é vida. Não somos contra o desenvolvimento, mas ele precisa ser sustentável, precisa levar em conta os impactos futuros, tentar reduzir os negativos e ampliar os positivos. Isso tudo está na legislação ambiental brasileira. Falta cumprir. Como guardiões da floresta, confiamos nos guardiões da Constituição.

Doto Takak Ire é presidente do Instituto Kabu, organização Kayapó cuja missão é proteger os direitos dos Kayapó Mekrãgnotí e implantar projetos sustentáveis.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2023

APÓS POLÊMICA COM LULA E MADURO, PRESIDENTES SUL-AMERICANOS ASSINAM 'CONSENSO DE BRASÍLIA' EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A ideia lançada por Lula de criar um novo mecanismo de integração ou mesmo retomar o trabalho da Unasul será trabalhada pelos países ao longo dos próximos meses

Por Murillo Camarotto, Fabio Murakawa e Renan Truffi, Valor — Brasília

Após um princípio de dissenso em torno da Venezuela, os 11 presidentes que participaram de um encontro nesta terça-feira, em Brasília, firmaram um comunicado conjunto no qual se comprometem com em promover a democracia na região. O texto final do comunicado teve que ser ajustado após queixas apresentadas pelo presidente do Uruguai, Luís Lacalle Pou, sobre o regime venezuelano.



Presidentes da América do Sul — Foto: Rafa Neddermeyer/ Agência Brasil

Com nove pontos, o comunicado final da reunião, batizado de "Consenso de Brasília", reafirma o compromisso comum dos países sobre questões como democracia e os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o Estado de direito e a estabilidade institucional, a defesa da soberania e a não interferência em assuntos internos.

A ideia lançada por Lula de criar um novo mecanismo de integração ou mesmo retomar o trabalho da Unasul será trabalhada pelos países ao longo dos próximos meses, por meio de suas chancelarias. O presidente brasileiro propôs 120 dias para a elaboração de um plano, mas esse prazo não consta no comunicado final.

Os presidentes "reconheceram a importância de manter um diálogo regular, com o propósito de impulsionar o processo de integração da América do Sul e projetar a voz da região no mundo".

Sobre a questão ambiental, os signatários concordaram em trabalhar mecanismos de financiamento da ação climática, como um "swap, por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática; da promoção da transição ecológica e energética, a partir de energias limpas; do fortalecimento das capacidades sanitárias; e do enfrentamento ao crime organizado transnacional".

Os presidentes também se comprometeram a trabalhar para ampliar comércio e os investimentos e para melhorar a infraestrutura e a logística, além de fortalecer as cadeias de valor regionais. Ainda constam no escopo a aplicação de medidas de facilitação do comércio e de integração financeira, a superação das assimetrias, a eliminação de medidas unilaterais e o acesso a mercados por meio de uma rede de acordos de complementação econômica.

Há também um diagnóstico comum de que o mundo enfrenta "ameaças à paz e à segurança internacional, pressões sobre as cadeias de alimentos e energia, riscos de novas pandemias, aumento de desigualdades sociais e ameaças à estabilidade institucional e democrática". Leia a íntegra do comunicado aqui.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/05/2023

CRESCEM OS INVESTIMENTOS PRIVADOS NA INFRAESTRUTURA

Por Valor Econômico - SP

Políticas intervencionistas reforçam o clima de instabilidade no ambiente regulatório e de negócios

Apesar das dúvidas com a trajetória dos juros e os resultados do novo regime fiscal, especialistas projetam o aumento dos investimentos em infraestrutura neste ano, vitais para reduzir o custo Brasil e pavimentar o caminho do crescimento. Como vem acontecendo há quase duas décadas, é o setor privado que vai liderar o movimento, com a 60% a 70% do total investido, dadas as restrições fiscais do setor público.

Os números, no entanto, ainda ficam aquém do necessário - na verdade, são a metade do desejável. Superar a defasagem significa enfrentar importante fator de ônus para as empresas brasileiras. Dispor de infraestrutura é nada menos do que o terceiro fator do custo Brasil, medido por estudo do Movimento Brasil Competitivo (MBC) feito em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Fundação Getulio Vargas. A infraestrutura insatisfatória representa 15% do custo Brasil, estimado em R\$ 1,7 trilhão, ficando à frente do crédito e atrás apenas da formação de capital humano e dos gastos com tributos.



O crescimento do investimento em infraestrutura esbarra, no entanto, em obstáculos como a posição do governo em questões como a capitalização da Eletrobras e o Marco do Saneamento Básico. A demora no desenho do programa que vai ser o sucessor do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) indica que o processo está atrasando não só porque o presidente Lula deseja que tenha um nome criativo.

A consultoria Inter.B estima que o investimento em infraestrutura vai crescer 11,1% neste ano em termos nominais, com a injeção de R\$ 204,6 bilhões, dos quais 65% virão do setor privado (Valor 26/5). O maior volume, de R\$ 86,2 bilhões, será destinado à energia, dos quais R\$ 77 bilhões virão do setor privado, canalizados principalmente para projetos de fontes renováveis.

Em segundo lugar fica o segmento de transportes, com R\$ 67,5 bilhões, cuja execução depende sobretudo da capacidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), sujeito muitas vezes a ingerências políticas. Recursos previstos na MP da Transição serão destinados em sua maioria para rodovias, embora seja grande a demanda em outros modais, sobretudo da parte do setor agrícola, às voltas com o escoamento de uma supersafra.

Em seguida vem a área de telecomunicações, com R\$ 26,5 bilhões, a única com investimento inferior ao realizado em 2022, ainda assim de apenas 2,2%. E, finalmente, a de saneamento, com R\$ 24,4 bilhões projetados, gastos decorrentes do marco legal implantado em 2020. O marco estabeleceu metas de universalização da oferta de água potável, a 99% da população, e de coleta e tratamento de esgoto para 90%, até 2033. O ritmo dos investimentos das concessionárias está aquém do estimado e o questionamento do marco pelo governo Lula, pode atrasar ainda mais os projetos.

O volume investido em infraestrutura neste ano é equivalente a 1,95% do PIB, estimado em R\$ 10,5 trilhões. O percentual é ligeiramente superior ao de 1,86% de 2022. Mas, inferior aos 4% do PIB considerados necessários pela Inter.B para impulsionar a economia. Nas duas últimas décadas, o investimento em infraestrutura ficou ao redor de 2% do PIB, caindo abaixo desse patamar recentemente, com queda dos recursos públicos e investimentos privados estáveis.

Para superar essa dinâmica negativa, o governo Lula sinaliza contar com maior atuação do setor público. A experiência com o marco do saneamento deveria ser pedagógica. Três anos depois, as empresas estatais estão bem aquém das metas. O ritmo atual dos investimentos é cerca de um quarto do necessário. Por isso, precisaram da mãozinha do governo para conseguir mais prazo, o que foi providenciado pelo decreto presidencial que agora está sendo questionado pelo Congresso. Não dá para ignorar as restrições orçamentárias que afetam todas as esferas de governo. Abrir espaço nas contas públicas para os investimentos em áreas específicas, com retorno eminentemente social, exige disciplina fiscal.

O questionamento da capitalização da Eletrobras no Judiciário também alimenta o receio de políticas intervencionistas ao reforçar o clima de instabilidade no ambiente regulatório e de negócios e naturalizar a possibilidade de mudanças pelo desígnio do governante do momento. Os reflexos deverão contaminar outras empresas de serviços públicos com perspectiva de privatização como a Copel, Cemig e Sabesp.

O novo marco para as parcerias público-privadas (PPPs), que vai incluir o aval do Tesouro para assegurar garantias a projetos de Estados e municípios, e prevê a emissão de debêntures incentivadas para investimentos em projetos sociais em áreas de educação, saúde, segurança pública, sistema prisional, parques urbanos e unidades de conservação, equipamentos culturais e esportivos, habitação social e requalificação urbana.

O investimento em infraestrutura é de longo prazo. Mudanças nas regras do jogo podem não ter impacto imediatamente porque o capital necessário foi contratado antecipadamente. Mas o impacto futuro é certo.



AGÊNCIA BRASIL - DF

MAIS DE 1,3 MILHÃO DE EMPRESAS FORAM ABERTAS DE JANEIRO A ABRIL

Tempo médio de abertura foi de um dia e seis horas, segundo ministério

Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Mais de 1,3 milhão de empresas foram abertas no Brasil entre janeiro e abril de 2023. O tempo gasto para a abertura dessas empresas foi, em média, de 1 dia e seis horas, segundo o Mapa de Empresas – documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

De acordo com o documento, de janeiro a abril deste ano 1.331.940 empresas foram abertas no Brasil. Com isso, há, no país, um total de 21 milhões de CNPJs ativos. Deste total, 93,7% são de microempresas ou empresas de pequeno porte.

Ainda segundo o estudo, 736.977 CNPJs foram encerrados no primeiro quadrimestre do ano. Com isso, o saldo ficou positivo, em 594.963 empresas.

“O total de aberturas foi 21,8% maior do que no quadrimestre anterior e 1,6% menor em relação ao mesmo período de 2022. Já os fechamentos representaram aumento de 34,3% e 34,7%, respectivamente, nas mesmas bases”, informou o ministério.

Estados

Em números absolutos, São Paulo foi o estado com mais empresas abertas no quadrimestre, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Goiás. “Juntos, estes estados concentram 75% das empresas brasileiras”, detalha o levantamento.

“Em termos de crescimento percentual, porém, os estados que mais avançaram sobre o quadrimestre anterior, último de 2022, foram Tocantins (34,8%), Mato Grosso (32,9%), Rondônia (29,9%), Paraná (28,2%) e Roraima (27,1%)”, acrescenta.

Comércio e Serviços

Do total de empresas abertas no país durante o primeiro quadrimestre de 2023, 83,8% são dos setores de comércio e serviços – este último responde por 59,5%.

Os destaques ficaram para atividades de promoção de vendas; comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios; preparação de documentos e serviços de apoio administrativo; cabeleireiros, manicure e pedicure; e obras de alvenaria.

“A liderança de tais atividades se relaciona ao fato de 80,4% dos registros serem de MEIs [microempreendedoras individuais]. No primeiro quadrimestre, foram abertas 1.070.506 empresas nesse espectro, aumento de 25,4% em relação ao quadrimestre anterior e queda de 3,1% sobre igual período de 2022”, explica o MDIC.

Tempo médio

Com relação ao tempo médio gasto para a abertura de empresas, o resultado observado (1 dia e seis horas) representa uma diminuição de 10 horas em relação ao mesmo período de 2022.

O estado onde foi mais rápido fazer o registro de novas empresas foi Sergipe. Lá, em média, são necessárias apenas 7 horas para abrir uma empresa. O estado com maior demora foi São Paulo (2 dias e duas horas).

“Em relação às capitais, Curitiba (PR) e Aracaju (SE) registraram menor tempo de abertura, com média de apenas duas horas. Já Belém do Pará foi a que demandou mais tempo (2 dias e 22 horas), seguido pela cidade de São Paulo (1 dia e seis horas)”, informou o MDIC.

De acordo com a diretora do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei/MDIC), Amanda Souto, a consolidação do tempo médio em cerca de 1 dia mostra a “assertividade das medidas de simplificação para abertura de novas empresas” implementadas pelo governo federal e pelos estados.

“Com o avanço da padronização de procedimentos e fluxo nas 27 unidades federativas, esse indicador tende a cair ainda mais, além de refletir o avanço da digitalização e automatização dos procedimentos necessários para formalizar novos negócios”, disse a diretora.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 30/05/2023

BANCO DO BRICS DISCUTE INCLUSÃO DE NOVOS MEMBROS, DIZ HADDAD

Bloco reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Por Pedro Peduzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (30) que, na reunião com governadores do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), foram tratados temas como a inclusão de novos membros no grupo, bem como estratégias de investimentos voltados à transição ecológica.

Haddad lembrou que a reunião virtual foi a estreia da ex-presidenta Dilma Roussef no banco dos Brics, bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Expansão

“Os governadores apresentaram, na verdade, suas considerações sobre a agenda do banco”, disse Haddad. “Foi falado genericamente da necessidade de expandir os fundos; estudar a inclusão de novos membros; e focar os investimentos em questões estratégicas, sobretudo investimentos no chamado Sul Global, voltados para a questão da transição ecológica”, acrescentou.

Perguntado sobre se o banco ofereceria garantias para empréstimos a investidores brasileiros que vendem para a Argentina, o ministro disse que “não houve espaço” para debates sobre este tema.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 30/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

GOVERNO ENVIA À ANTAQ INFORMAÇÕES PARA AUDIÊNCIA DE CONCESSÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 30/05/2023 - 21:01



Divulgação Portos do Paraná

Secretário nacional de portos afirmou, nesta terça-feira (30), que esse é primeiro produto elaborado que vai ao encontro da ideia de conceder zeladoria, total ou parcialmente, à iniciativa privada

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse, nesta terça-feira (30), que já

encaminhou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o processo para que a autarquia inicie a preparação da audiência pública para a concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR). Pierdomenico destacou que esse é o tipo de modelo que o governo e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) pretendem perseguir daqui para frente, com a manutenção das funções de Estado, consideradas estratégicas, e a possibilidade de concessão de serviços de zeladoria à iniciativa privada.

“Esse é o primeiro produto elaborado que vai ao encontro de conceder à iniciativa privada ou a zeladoria toda ou parte dessa zeladoria”, afirmou Pierdomenico, durante a Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário promovido pela Comissão do Direito Marítimo, Portuário e do Mar da seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e pela Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional. O secretário acrescentou que a agência reguladora definirá a melhor data para a realização da consulta pública.

A Portos do Paraná encaminhou a proposta de concessão da dragagem do canal de acesso local ao MPor no começo de março. O escopo a ser discutido prevê prazo de 25 anos de exploração com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão no aprofundamento do canal. O valor não considera a dragagem de manutenção que o futuro concessionário deverá aportar ao longo do tempo. Os critérios propostos são baseados em um modelo híbrido de julgamento, que considera o maior desconto sobre a tarifa e o maior valor de oferta apresentado no leilão.

O objetivo da autoridade portuária é atingir 15,5 metros nos quatro primeiros anos de contrato — 2 metros a mais do que a administração dos portos paranaenses projeta ter homologados em breve. A autoridade portuária aguarda homologação da derrocagem pela Marinha que permitirá que o calado máximo em alguns trechos do canal de acesso passe de 12,5m para 13,5m, sem maré.

A autoridade portuária também propôs serviços inerentes ao tráfego marítimo: sinalização, balizamento, batimetria, dragagem, derrocagem natural, programas e licenças ambientais. Durante a 1ª Conferência de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, promovida em março pela seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, declarou que a garantia da dragagem no longo prazo dá mais segurança para estimular a competição e para o usuário poder ter a oportunidade de escolher o Paraná, o que passa por custos portuários e logísticos menores.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2023

ARTIGO - A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ÁREAS E RECURSOS

Por Dennis Caceta ESTUDO E PESQUISA 30/05/2023 - 20:50



A interdependência entre as áreas produtivas de um terminal portuário pode ser demonstrada pela variação de performance alcançada, em determinado serviço, quando há perturbação continuada de um, ou mais fatores, em outro. Assim, por exemplo, se houver por tempo suficiente a paralisação dos gates de saída, a quantidade de veículos externos existente no terminal, pode atrapalhar a circulação dos veículos internos e impactar no desempenho da carga/descarga do pátio e dos navios atracados.

Neste contexto, será descrito o modelo criado para avaliar o efeito na produtividade média dos guindastes de cais (Ship-to-shore ou simplesmente STS), durante a operação de um navio porta-contêineres, em virtude da variação da produtividade média dos guindastes/empilhadeiras de pátio (Rubber Tire Gantry [RTG] e/ou Reach-Stackers [RS]).

Denis CacetaDennis Caceta é consultor empresarial, atuante há 25 em logística, sobretudo nos maiores portos brasileiros, realizando simulações e estudos que suportam decisões de investimentos

em infra e em superestrutura. Na GBM TECH & CONTROL, é líder da área de melhoria contínua junto aos clientes da empresa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/05/2023

GOVERNO DE SP INVESTE R\$ 6,8 MILHÕES EM Balsa REFORMADA NA TRAVESSIA SÃO SEBASTIÃO/ILHABELA

Da Redação NAVEGAÇÃO 30/05/2023 - 20:16



Embarcação FB-29 entrou em operação na segunda-feira (29) e comporta 40 veículos e 140 pedestres

Os usuários e munícipes das cidades de São Sebastião e Ilhabela passaram a contar, desde segunda-feira (29), com uma embarcação nova para o seu deslocamento diário. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) colocou em operação a FB-29, com capacidade operacional para transportar 40 veículos e 140 pedestres, por viagem.

A embarcação foi completamente reformada e modernizada, representando um investimento de R\$ 6,8 milhões. Os trabalhos duraram oito meses e geraram 110 novos empregos, entre diretos e indiretos.

“Com as melhorias, 128 mil habitantes da região são beneficiados diretamente com uma embarcação mais confortável e com mais agilidade no deslocamento diário. Estamos investindo na qualidade de atendimento, modernizando as travessias litorâneas para melhor atender ao cidadão”, afirmou a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Natália Resende.

A FB-29 passou por serviços de recuperação da estrutura, com raspagem, troca de chapas em partes do casco, do convés e da superestrutura e pintura geral, além da restauração das redes hidráulicas de esgotamento e incêndio. Todos os equipamentos de navegação e comunicação, como bússola, indicadores de ângulo de leme, instrumentos de navegação, limpador de para-brisa, apito e sistema sonoro, foram completamente revisados. Com isso, as manobras de atracação e desatracação serão realizadas mais rapidamente e com mais segurança.

As intervenções incluíram também a renovação dos sistemas elétricos de iluminação, de comando e monitoramento dos motores e reversores, a troca das hélices e a revitalização do sistema que controla o leme da embarcação.

Melhorias

Em continuidade ao projeto de modernização da frota, a FB-28 será a próxima embarcação que receberá investimentos para revitalização. Por isso, nesta terça-feira (30), ela sai de operação para receber as melhorias. No entanto, a população não ficará desassistida. A frota alocada para essa rota será mantida com 9 embarcações (7 ferryboats e 2 lanchas).

Já no próximo mês, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) entregará a FB-25, a maior de todas, completamente renovada, com capacidade para 70 veículos e 344 passageiros.

Em abril, foram transportados diariamente, em média, na travessia São Sebastião/Ilhabela, 4.500 pedestres, 940 ciclistas, 806 motos e 4,2 mil veículos, totalizando mais de 313,2 mil usuários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/05/2023

PORTOSRIO INSTALA CÂMERAS TÉRMICAS NOS PORTOS DO RIO E ITAGUAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 30/05/2023 - 20:04



A PortosRio concluiu com êxito a instalação de câmeras térmicas nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí. Essas câmeras de última geração são utilizadas para monitorar as instalações e o tráfego aquaviário, representando uma abordagem moderna para o gerenciamento da infraestrutura portuária e fortalecendo significativamente a segurança e a eficiência operacional. O investimento da autoridade portuária foi de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, realizado por meio de um processo licitatório.

Carlos Cerveira, superintendente de Tecnologia da Informação da PortosRio, explicou sobre a colocação das câmeras térmicas nos portos organizados: "As câmeras térmicas foram instaladas em pontos estratégicos sob a responsabilidade da autoridade portuária, incluindo canais de acesso, áreas de fundeio e berços de atracação. Essa cobertura abrangente nos permite identificar possíveis condutas indevidas dentro de nossa jurisdição".

No que diz respeito ao controle do tráfego aquaviário, Cerveira destacou os benefícios proporcionados por essa tecnologia, como a melhoria da segurança, a redução de acidentes e o aprimoramento da capacidade operacional do porto, especialmente durante as operações noturnas. "Com as câmeras térmicas, podemos detectar pequenas embarcações que não possuem equipamentos como o Sistema de Identificação Automática (AIS) e que podem interferir nas manobras de navios de grande porte", afirmou Cerveira.

O Porto do Rio de Janeiro possui instalações certificadas pelo Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-Code), um padrão internacional de segurança estabelecido pela Organização Marítima Internacional (IMO). Para obter essa certificação, as instalações devem atender a requisitos rigorosos de monitoramento e controle de acesso, além de passarem por inspeções regulares.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2023

ARTIGO - O DESAFIO DE AUMENTAR PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CARGOS OPERACIONAIS COMEÇA NA FORMAÇÃO

Por Patrícia Gomes OPINIÃO 30/05/2023 - 20:32



Aumentar a participação das mulheres em posições que há décadas contam com predominância masculina tem sido um desafio nas empresas, principalmente de setores como logística e infraestrutura. Não basta abrir vagas e ter boa disposição para recebê-las se toda uma tradição cultural passa a mensagem que aquele espaço não é delas. Segundo um estudo conduzido pela IMO (International Maritime Organization), no mundo todo, apenas 16% dos trabalhadores de funções de operação portuária são mulheres.

Transformar essa imagem e tornar a profissão mais atraente para as mulheres é um movimento necessário não apenas em resposta a uma demanda social, mas principalmente porque são notórios os ganhos em inovação, produtividade, eficiência e segurança quando temos um ambiente diverso. Além disso, identificamos que o apoio às mulheres está conectado a demandas sociais importantes, afinal o índice de desemprego das mulheres é mais alto que o dos homens, mesmo que em muitos casos elas sejam a principal fonte de renda em seus lares.

Se existe um entendimento da indústria de que a presença das mulheres em cargos operacionais é benéfica para todos e há tantas mulheres em busca de condições melhores de geração de renda, por que ainda temos uma disparidade tão grande quando falamos em participação feminina em atividades operacionais? Para encontrar essa resposta, tivemos de conversar com a comunidade e identificamos que precisamos criar oportunidades de qualificação e deixar explícito que esse tipo de carreira está aberto à participação feminina.

Na Ultracargo, estabelecemos a meta de ter no mínimo 30% de mulheres em funções operacionais até 2025. Mas no Terminal de Vila do Conde, no Pará, já atingimos essa meta em 2022. Isso foi possível em razão do curso de formação operacional oferecido para os residentes de Barcarena, em que boa parte das vagas foi reservada para mulheres. Capacitadas, elas puderam concorrer às vagas abertas no novo terminal e mostraram que estão profundamente conectadas a princípios que nos movem como eficiência e segurança, por isso a ideia é continuar a valorizar a equidade.

Com o sucesso dessa primeira edição, replicamos o modelo nas comunidades próximas ao Terminal de Aratu, na Bahia, que reservou metade das vagas para mulheres. Fomos surpreendidos pelo número de interessados: 3 mil pessoas em busca de 25 vagas. Isso demonstra o quanto temos uma população disposta a se qualificar e evoluir profissionalmente e muitas mulheres que podem contribuir para tornarmos o ambiente operacional mais diversos e inclusivo, propício a novas soluções que só podem ser oferecidas por quem traz uma outra perspectiva.

Aumentar o número de mulheres que estão preparadas e dispostas a se candidatar às vagas que abrimos em nossas operações é apenas o primeiro passo. Sabemos que elas também precisam se sentir pertencentes uma vez que vestem o capacete da empresa. Para isso, é necessário criar um ambiente mais inclusivo, o que exige um trabalho contínuo, consistente e consciente.

A criação e manutenção de um ambiente inclusivo exige medidas como qualificar e sensibilizar as lideranças para a valorização destes talentos, realizar ajustes em automação – algo que torna o trabalho mais seguro, eficiente e acessível a todas as pessoas, independentemente de gênero e idade – e ir em busca do conhecimento de quem entende a complexidade desta transformação através da contratação de consultorias especializadas na agenda de diversidade.

O caminho para atingirmos o mínimo de 30% de participação feminina nas operações ainda é longo, mas temos confiança de que estamos avançando e aprendendo à medida que mais mulheres passam a exercer uma atividade tão essencial. Abrir caminho para que essas mulheres progridam na carreira e enxerguem a liderança como um espaço que também é seu é o próximo desafio que devemos superar. Não só na Ultracargo, mas em toda a nossa indústria.



Patrícia Gomes Patrícia Gomes é diretora executiva de Recursos Humanos, Comunicação e Sustentabilidade da Ultracargo

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2023

MINISTÉRIO ATUALIZA LISTA DE TITULARES E SUPLENTES DO CDFMM

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 30/05/2023 - 20:10



Arquivo/Divulgação

Nova composição pode destravar primeira reunião do conselho diretor do fundo setorial, que foi adiada em março por conta da reestruturação. Expectativa do MPor é que encontro ocorra em junho e sejam realizadas três reuniões em 2023

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) editou uma

portaria atualizando a lista de titulares e suplentes do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). O texto, publicado na última sexta-feira (26), confirma o secretário-executivo da pasta, Roberto Gusmão, como presidente do conselho, com o secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, como seu suplente. Continuam vagos os nomes dos dois representantes da Petrobras, que ainda serão indicados pela companhia. Os mandatos terão a duração de dois anos, contados a partir da publicação. Há expectativa por parte do ministério de que sejam realizadas três reuniões para análise de projetos em 2023, conforme ocorreu nos últimos anos e como estava previsto no calendário estabelecido na última reunião realizada no ano passado.

A primeira reunião do conselho diretor do fundo setorial em 2023, que ocorreria em março, foi adiada e ainda não foi remarcada, por conta da organização dos novos membros, incluindo a indicação dos cargos de presidente e seu suplente. Um dos motivos para a demora foi a reforma ministerial, que recriou ou reestruturou as pastas, mexendo no número de cadeiras de algumas representações do CDFMM. No MPor, há intenção de que essa (52ª) reunião ordinária possa ser realizada em junho. Pelo cronograma anterior, as demais reuniões ordinárias de 2023 deveriam ocorrer nos dias 6 de julho (53ª), com recebimento de novos projetos até 8 de maio, e 23 de novembro (54ª), com envio de pleitos para financiamento de novos projetos até 25 de setembro.

Entre os demais componentes de governo no CDFMM estão: Roberto Nani Garibe Filho (Casa Civil/titular) e Fábio Coelho Barbosa (Casa Civil/suplente); Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira (Ministério do Planejamento e Orçamento/titular) e Zarak de Oliveira Ferreira (Planejamento e Orçamento/suplente); Robinson Sakiyama Barreirinhas (Ministério da Fazenda/titular) e Fernando Mombelli (Fazenda/suplente); Uallace Moreira Lima (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços-MDIC/titular) e Margarete Maria Gandini (MDIC/suplente);

Os representantes da Marinha do Brasil são Carlos Henrique de Lima Zampieri (titular) e Carlos Eduardo de Oliveira Corrêa (suplente). No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana Aparecida da Costa (titular) e Elisa Salomão Lage (suplente). Pelo Banco do Brasil, o titular é Euler Antonio Luz Mathias, com Emmanoel Schmidt Rondon como seu suplente. Na Caixa, os nomes escolhidos foram de Saulo Farhat Paiva (titular) e Henrique Martins Silva (suplente).

Entre os representantes de entidades setoriais que representam o setor privado na lista estão: Galdino Girão de Alencar Júnior, titular do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma), com Madison de Almeida Nóbrega como seu suplente. Pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), Arnaldo Calbucci Filho (titular) e Lilian de Carvalho Schaefer (suplente).

Os nomes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF) são Carlos Augusto Muller (titular) e Ricardo Leite Goulart Ponzi (suplente). O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) tem seu presidente Ariovaldo Rocha como titular e seu vice Fabio Vasconcellos, como suplente. Edson Carlos Rocha é o representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), tendo Roberto Pereira de Souza como suplente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2023

CONSELHO APROVA 10 NOVAS METAS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 30/05/2023 - 19:59



Consad também manteve nove metas dentro dos temas prioritários

O Conselho de Administração (Consad) da Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou, na sua última reunião, 10 novas metas propostas pela nova gestão do presidente Anderson Pomini e diretores. Além disso, manteve nove metas anteriores. Dentre as novas metas destacam-se as providências para a



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 092/2023
Página 51 de 51
Data: 30/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

construção do túnel Santos-Guarujá, a revitalização dos armazéns 1,2,3 e 7, bem como a publicação do edital dos serviços permanentes de dragagem, entre outras de caráter operacional.

“Incluimos 10 novas metas, que atendem às orientações do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para melhorar a relação Porto-Cidades. E fizemos questão de, ao mesmo tempo, dar ainda mais atenção aos temas de caráter operacional para melhorar e garantir o funcionamento e expansão do maior porto do hemisfério sul”, disse o presidente Anderson Pomini, ao comemorar a aprovação das metas pelo Consad.

As novas metas atendem reclamos da comunidade portuária e da população regional, como a realização de estudos para revisão do projeto da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, no Guarujá. Também foi incluído o encaminhamento do relatório técnico da modelagem do STS 10, o início dos investimentos da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), entre outras.

As metas aprovadas já estão em pleno andamento a cargo das equipes comandadas dos novos diretores: Bernadete Mercier, de Administração e Finanças; Carlos Magano, de Infraestrutura; Eduardo Lustoza, de Desenvolvimento de Negócios e Regulação e Antônio de Pádua, de Operações.

Toda equipe de autoridade portuária está empenhada em cumprir as metas, que então dentro dos seis temas prioritários em vigor na APS: Integração Porto-Cidades; Melhoria da Infraestrutura; Valorização dos Trabalhadores; Aprimoramento da Governança; Transformação Digital e Expansão Sustentável do Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 30/05/2023